

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

CURSO: BACHARELADO EM HISTÓRIA

AS PORTAS DE SAÍDA DA CADEIA DE SOFRIMENTO
(Os Projetos de Esquerda e as Ligas Camponesas na
Paraíba - 1958 a 1964)

Roberval Vêras de Oliveira

Campina Grande - PB

1989.1



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

A G R A D E C I M E N T O S

- A Durval Muniz, pela paciência e empenho em orientar este trabalho. A ele sou muito grato.
- A todos os professores do Curso de História. As suas contribuições foram fundamentais à minha formação de historiador.
- Aos colegas de curso que ao longo desses anos tive -
mos oportunidade de travar discussões enriquecedo -
ras. Em particular a Socorro Rangel, Fábio, Eugênio
e Silvana que não desistiram de incentivar a realizaç
ão dessa monografia.
- A Wanderlúcia (Bó) pela disponibilidade no trabalho enfadonho da transcrição das entrevistas.

- A Socorro Pereira que mesmo com seu tempo extremamen
te limitado não se negou a prestar contribuição à
correção ortográfica.

- A João Costa Lima pela incansável dedicação ao tra -
balho em datilografar essa monografia.

- A Roberto Vêras pelas longas discussões fraternais e
enriquecedoras. Somando decisivamente ao conteúdo do
trabalho.

- Enfim a todos que direta ou indiretamente contri -
buíram para realização deste.

DEDICATÓRIA

- Aos meus pais que com muita decisão e carinho me estimularam ao estudo.

- A todos aqueles que com razão e paixão deram suas vidas pela construção de uma sociedade justa e livre.

Í N D I C E

	Pág.
- INTRODUÇÃO	07
- CAPÍTULO I	
OS CAMINHOS DA LIBERDADE: Os Projetos Políticos nas Ligas Camponesas	15
1. Cada um viver sobre si: o "projeto" campo - nês	17
2. A Revolução democrático-burguesa: O projeto do PCB	26
3. O Adjetivo Radical: O projeto "julianista"..	41
4. O Dispositivo Militar: O projeto dos dissidentes - PCB	48
- CAPÍTULO II	
ENTRANDO COM HEGEMONIA TOTAL: A Relação entre os projetos e a base das Ligas	51
1. Uma Infinitude de Calúnias: projetos e conflitos pessoais	52
2. O Homem sabido e o Camponês inesperiente: Relação entre os mediadores e a base do movimento	64
- CONCLUSÃO	75
- NOTAS	78
- BIBLIOGRAFIA	85

I N T R O D U Ç Ã O

A importância do estudo das Ligas Camponesas evidencia-se pelo fato desse movimento representar um marco na histórica recente das lutas camponesas no Nordeste, uma vez que essa mobilização de protesto popular significou o momento em que a luta de classes no campo adquiriu uma feição inovadora. O camponês, através da ação coletiva e tendo por base a sua união enquanto setor social explorado, forja um "projeto" político apoiado no seu direito de permanecer na terra, em contraposição aos interesses manifestados pela burguesia rural (usineiros e donos de engenhos), desejosa de promover sua expulsão com o intuito de expandir a área plantada da monocultura da cana-de-açúcar e do abacaxi com uma mão-de-obra assalariada.

Esse movimento camponês que eclodiu no Nordeste

no início dos anos 50 e se estendeu até 1964, quando ocorre o golpe militar, representou um acontecimento de grande expressão social, cujo número de adesões foi bastante significativo, constituindo-se, pois, numa força política emergente que veio questionar o esquema de poder dominante no campo.

Foi essa importância histórica das Ligas Camponesas que nos fez despertar o desejo de aprofundar o conhecimento sobre elas, reforçado pelo envolvimento com o movimento sindical rural na Paraíba, desejosos, portanto, de resgatar, junto aos camponeses, a história dos movimentos populares rurais nordestinos.

Estudar Ligas Camponesas significa compreendê-la em toda a sua complexidade e dinâmica, e, para isso, teremos que nos debruçar no exame do envolvimento dos setores urbanos nesse processo, pois só assim conseguiremos apreender com mais profundidade o caráter das relações aí engendradas e, desse modo, entender todas as implicações ocorridas ao longo da trajetória desse movimento, a sua própria concretização.

O estudo dessa organização camponesa como se vê é fundamental para se entender como se deu a luta de classes no campo naquele momento histórico, momento este decisivo para a configuração do tipo de desenvolvimento capitalista nesse país, onde vamos ter a vitória de um projeto político respaldado pelos setores mais conservadores de nossa sociedade, coroado com o golpe de 1964.

Ao esgotar uma certa bibliografia sobre o assunto (Ligas Camponesas) sentimos que existem algumas lacunas, impedindo uma análise mais complexa, isto é, um conhecimento mais próximo do real, do caminho que percorreu esse movimento camponês. A crítica bibliográfica é pertinente, na medida em que, ao nosso ver, esses estudos, desejando analisar criticamente a história desse movimento se detiveram muito mais nos projetos que a esquerda organizada^{1/} tinha para ele.

Levando em consideração as diferenças (que não são poucas) entre algumas obras que tratam desse assunto, há porém um ponto em comum que perpassa a maioria delas, destacando-se as visões de Fernando A. de Azevêdo, Cezar Benevides e Bernadete W. Aued, entre outras, que ao discorrerem sobre a trajetória de formação das Ligas Camponesas se detiveram única e exclusivamente em analisar os projetos das esquerdas para elas, limitando-se, portanto, em estudar a vitória de tal ou qual projeto das citadas esquerdas, pecando exatamente em não fazer a relação entre tais projetos e o movimento real, a sua base social. Esse tipo de interpretação, no nosso entendimento, não se dá por falta de competência profissional, mas por implicação política, para a qual o que interessa ser apreendido é o que pensa e como age a "vanguarda", depositando assim um voto de descrédito na capacidade política dos camponeses, como se eles fossem um corpo sem cabeça, que para entender tal ou qual movimento basta saber como faz (fez) sua parte pensante, isto é, a sua "vanguarda".

Esse tipo de interpretação perde de vista, por conseguinte, a compreensão do pensar dialeticamente a história, fazendo cortes arbitrários, segundo os quais basta entender um setor "privilegiado", que o outro é puro reflexo, como se a base do movimento das Ligas (e suas lideranças camponesas) não influenciasses tais projetos e vice-versa. E mesmo que o objetivo fosse estudá-los (esses projetos) seria preciso ter uma visão da totalidade, isto é, compreender a relação entre os camponeses organizados e as esquerdas, pois não se pode entender as partes de um todo se não se compreende o todo, assim como não se pode conhecer esse todo se não se entender as suas partes. Em outras palavras, para compreender as Ligas Camponesas é preciso adentrar nos seus meandros, tentando perceber a compreensão que tem o campesinato de sua organização, expressa no seu projeto político e o comportamento da esquerda organizada diante desse movimento, por meio dos seus diversos projetos. Ou seja, não se pode entendê-los sem buscar captar as suas relações.

Diante dessa crítica bibliográfica, nos detemos na análise do "projeto político" dos camponeses que compunham as bases sociais das Ligas, e a relação de visão política dos camponeses e daqueles que se colocaram como suas lideranças (leia-se mediadores "externos"). 2/

Essa concepção histórica está apoiada na visão de que a manifestação da ideologia popular, da qual as Ligas Camponesas são um exemplo de representação "viva", é mais fre

quentemente uma mistura, um entrelaçamento de dois elementos dos quais um apenas "pertence" as classes populares, enquanto o outro é de propriedade de agentes "externos", e desse modo é imposto de fora através de um processo de transmissão.

O primeiro elemento advém da experiência da tradição, da memória, etc., que são compartilhadas pelas classes populares daí denominar-se de elemento inerente, contrariando aquela visão de que ao senso comum não restava nada mais que uma falsa consciência, uma alienação absoluta. Em nossa forma de ver, ao contrário, não existe uma tábula rasa no lugar da mente. É comum a todos os homens o ato de pensar, de refletir sobre seu cotidiano, e portanto adquirir conhecimentos. Os homens "comuns" não são estúpidos, não podem ser encarados como uma materialidade grosseira desprovida de consciência.

O segundo elemento, transmitido de fora (elemento "derivado") é por assim dizer "aquelas idéias e crenças portadas por outros setores sociais, particularmente os seus intelectuais". Esse elemento caracteriza-se por adquirir a forma de um sistema mais estruturado de pensamento, um conhecimento mais geral, abrangente em relação ao primeiro, porém não mais importante nem superior do que este último: apenas conhecimentos diferentes. *EXATAMENTE!*

São, portanto, os mediadores, aqueles que portam os elementos "derivados", isto é, o entrelaçamento dos dois elementos acontece com a mediação.

IMPORTE!
RE!

classe diferenciada?

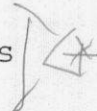
O que vamos estudar, portanto, nesse trabalho, será a trajetória de organização dos camponeses da Paraíba nos anos de 1958 a 1964, através das Ligas Camponesas e sua relação com os diversos projetos de esquerda (ou das esquerdas).


Esse tempo histórico delimitado justifica-se por ser o período da manifestação desse movimento, pois, em 1958, fundava-se a primeira Liga Camponesa na Paraíba (a Liga de Sapé) e, em 1964, estas são reprimidas com o golpe militar.

Estudar esse movimento na Paraíba ^{se} deveu ao fato de, neste Estado, as Ligas Camponesas adquirirem particularidades que as diferenciavam das demais em outros estados nordestinos.

Qual precisamente o problema que nós evidenciamos como objeto de nosso estudo? Ele pode ser sintetizado com a seguinte questão: será que a trajetória de organização das Ligas Camponesas reflete a trajetória traçada pelos projetos de esquerda? ou melhor como se processa a relação desses projetos com o "projeto" dos camponeses que formavam a base das Ligas Camponesas ao longo de sua história?

A hipótese por nós defendida seria a de que não houve uma sincronização profunda entre as aspirações do movimento real das Ligas e os projetos de esquerda, isto é, a relação entre o movimento real das Ligas e esses projetos se deu de maneira conflituosa, no sentido de haver um distancia-

mento entre os interesses da massa camponesa organizada e os projetos de esquerda. 

A nossa metodologia de trabalho preocupa-se em tratar desse assunto de forma a perceber os projetos não só através dos documentos, de resoluções contidas nos programas, nos eventos congressionais, numa "farta" bibliografia, etc. Isso é muito importante e, na verdade, utilizaremos esse material. No entanto, é preciso perceber a existência desses projetos pelos próprios agentes no movimento.  Aí daremos ênfase à necessidade de resgatar suas falas, seus depoimentos, e é por isso que trabalharemos com muitas entrevistas.

Foram 23 entrevistados, assim compreendidos entre camponeses, lideranças camponesas, jornalistas, representantes das forças políticas, tais como militantes do PC, Dissidentes-PCB, "Julianistas", etc.

Nossa preocupação era abranger os vários tipos de agentes presentes no movimento das Ligas Camponesas, pois só desse modo poderemos resgatar e compreender os diversos projetos aí existentes.

No primeiro capítulo, preocupamo-nos em resgatar os principais projetos políticos existentes nas Ligas Camponesas, o processo histórico e os embates político-ideológicos que estão na base de suas elaborações.

No segundo e último capítulo, trataremos especificamente das Ligas Camponesas paraibanas, tentando discu -

tir duas principais questões, a saber, o caráter da relação entre os diversos projetos das esquerdas presentes em tal movimento e a relação entre esses mediadores e os camponeses, em-
basados nos seus projetos e nas suas práticas junto ao campe-
sinato.

CAPÍTULO I
OS CAMINHOS DA LIBERDADE: OS PRO-
JETOS POLÍTICOS NAS LIGAS CAMPO-
NESAS

o primeiro?

A gestação do movimento camponês no Nordeste do Brasil, no início dos anos 50 (e estendendo-se até a década de 60, quando é golpeado pelo movimento militar de 1964), significaria, do ponto de vista histórico-social, de um lado, a maior arregimentação camponesa ocorrida no Brasil, e de outro, a emergência de um setor social que até então se encontrava nos porões da "vida" política da nação, uma vez que os seus interesses eram totalmente excluídos, ignorados, e mesmo reprimidos pelos setores dominantes. O camponês, agindo coletivamente (enquanto força social em organização), impulsionado pelas ameaças de sua expulsão do campo, provoca uma irrupção no cenário político brasileiro, através de uma mobilização de protesto às relações de dominação, expressas pelo bloco industrial-agrário.^{3/}

"... daí porque os conflitos sociais que surgiram, de modo claro e nítido, os contornos de uma luta de classes em seu estilo "clássico" (aspas nossas), onde os interesses contraditórios e antagônicos dos grupos dominantes e dominados transbordaram para o terreno da luta aberta e do confronto de forças". 4/

Com isso, as Ligas Camponesas, como era denominado esse movimento, vão conquistando espaços na sociedade civil e, por conseguinte, recebendo adesões à sua causa, dos setores populares e democráticos urbanos. Entretanto, esse momento de 'interação' não se daria de maneira simples e harmônica.

Ao contrário, apresentar-se-ia de forma bastante complexa e controvertida, tendo em vista que as forças aí presentes possuíam interesses diferentes, resultando, então, na existência de inúmeros projetos.

Mas, concretamente, que projetos eram esses? Quais os matizes que lhes dariam origem? Parece-nos que é de fundamental importância para o entendimento real desse movimento, determo-nos no exame de cada um deles. Não pretendemos, no entanto, discutir todos (embora, ao longo desse trabalho, tratemos de alguns elementos constitutivos que lhes são inerentes), mas apenas os mais expressivos. Assim, nos ocuparemos tão somente do estudo dos projetos defendidos pelo PCB, por seus dissidentes, pelos "julianistas". Também o "projeto" dos camponeses, a sua base social, será objeto de nossa análise. A preocupação central desse capítulo, é, em vista disso, discu

tir os projetos existentes para as Ligas camponesas por parte das forças políticas aí inseridas, tentando entender o processo de mediação que essas forças se arvoraram em desempenhar junto aos camponeses.

1. CADA UM VIVER SOBRE SI: O "PROJETO" CAMPO - NÊS.

É preciso chamar a atenção para a importância que tem o processo de aquisição de consciência, por parte do camponês, de alguns elementos de seu "status quo". Esses elementos por vezes serviriam como atributos definidores de seu "projeto", isto é, seriam os impulsionadores que possibilitariam a existência do "projeto" camponês, além do que também permitiriam o delineamento dos contornos de tal projeto. Vejamos, portanto, quais elementos poderemos destacar.

modo de consciência?

O primeiro elemento seria exatamente a percepção, pelo camponês, de sua condição de vida, ou seja, o dar-se conta de sua situação de "insuficiência econômico-social", ^{5/} que, em outras palavras, seria a "Consciência da Privação". ^{6/} Ele enxerga que as condições para continuar vivendo na terra eram de: sujeitar-se ao trabalho enfadonho do "eito", a preço irrisório, denominado cambão; ter que adquirir os produtos de necessidade básica não produzidos na roça, no barracão, de propriedade do senhor de engenho, envolvendo-se portanto, em um endividamento constante s, nunca

conseguiria saldar a dívida anterior; enfim, não ter direito a nenhum benefício, uma vez expulso da terra, sendo a expulsão por seu turno, uma ameaça constante ao lavrador.

"... agente trabalhava de condição... e toda semana tinha que trabalhar 3 ou 4 dias de condição... no eito, pra mover engenho, tudo! seja o que fosse... agora, tudo muito baratinho. Barato demais. Esse negócio de condição era pra pagar a casa que morava, a lenha e água que bebia... e aquele que não fosse, ele não aceitava na terra...

Antigamente a senhora nascia e se criava na propriedade de qualquer um desses aqui, mais a senhora não tinha direito a nada, morria e não tinha direito nem ao enterro!

Nós vivia... numa cadeia de sofrimento". 7/

Como se pode depreender dos trechos acima, o camponês tinha consciência de sua sujeição ao proprietário. Havia uma condição para ele permanecer na terra: dedicar-se alguns dias na semana (fixados pelo patrão), a um custo baixíssimo, à cultura do patrão (o eito) ou a qualquer trabalho que lhe fosse exigido fazer. Além disso, ele percebia que não tinha direito a nada, "não tinha direito nem ao enterro!" E não era uma situação só dele, mas uma situação também vivida pelos demais agregados. Isto é, havia a identificação com um determinado grupo social. Este fato leva-o ao entendimento da necessidade de buscar solução, e a luta individual, ao seu ver, não seria capaz de rompê-la. Daí as ações das Ligas.

Ao mesmo tempo que o camponês, diante de sua situação de privação, vê-se pertencendo a um grupo, isso implica

condição = se não trabalhava
se não o eito
ou não tinha a casa
ou não tinha a lenha
ou não tinha a água

então de onde
a quem?

de onde
tinha isso?

foi isso
a quem
as ligas
ou o nome
modelo
mas de
ligas

dizer, por outro lado, ele percebe que há um entendimento de desigualdade de condições, entre o seu grupo e o proprietário, o senhor de engenho. Desse modo, encontramos outro elemento básico, definidor do "projeto" camponês: a 'Consciência da Desigualdade'. 8/

"... o proprietário o que ele quer é rendimento é dinheiro, é fortuna, pra construir mansão... correrper a pobreza ... /a/ filha do próprio tra balhador, do pobre...

... o proprietário lucra seu mundo de lavoura com /o trabalho/ grátis, de que o morador tem que dá 2 dias de cambão por semana..." 9/

"Olhe a senhora sabe que o rico toda vida tem apoio. E o pobre, qual é o apoio do pobre? a não ser que tenha a sua terrinha..." 10/

Não só a desigualdade das condições de vida era evidente (rico X pobre) mas, e tão principalmente as implicações dessa desigualdade, a desigualdade dos direitos. Daí a noção de justiça para o camponês. Ele não achava justo não ter segurança na terra, ter que se sujeitar às obrigações que o dono da terra lhe impunha, não ter uma vida decente, trabalhar no eito, principalmente quando se encontrava doente ... enquanto o proprietário estava do outro lado da relação, ou melhor, era ele quem se beneficiava dessa situação periclitante em que se encontrava o lavrador, expressa em sua ausência de direitos.

"... o pobre era sujeito a eles e não tinha direito a nada... A senhora tinha o seu roçado e morava na minha propriedade, quando a senhora não podia dá os quatro dias da sua condição, eu

em frente de quem?

de onde
vira. 12/2?

lhe jogava pra fora e a senhora perdia tudo quanto tinha ... Quando chegava o dia de segunda-feira de madrugada já tava o feitor na porta, esperando os trabalhadores e quem não fosse o patrão mandava buscar... à força! à força! o pobre doente... em cima de uma cama... e ele fazia era se levantar... chovendo, pra ir trabalhar à força, sabe como é à força? na marra!..." 11/

Porém o camponês não aceitava essa situação passivamente. As reações foram constantes, estavam presentes no próprio cotidiano e as formas de reagir eram variadas. O momento de ação nas ligas demonstra, entretanto, uma maneira de reagir inovadora.

Nas declarações acima, já sentimos a presença de um terceiro elemento, que se encontra extremamente ligado aos outros dois já expostos aqui.

No conteúdo dos depoimentos anteriores percebe-se com clareza a existência de conflitos entre os camponeses, na condição de agregados, e o senhor de engenho (ou usineiro), expresso num cotidiano de lutas intensas. Quais seriam precisamente? Quando o camponês não tem direitos, ou melhor, quando o patrão suprime esses direitos, e ele se rebela; quando não acha justo sua condição de sujeito, e luta contra ela; quando é obrigado a comprar no barracão os produtos de primeira necessidade, de péssima qualidade e a um preço altíssimo, contraindo, por outro lado, um endividamento crescente, e reage com veemência... Quer dizer, no mesmo instante que o camponês constrói sua identidade, se percebe no outro, se vê integrado a um determinado grupo e que esse grupo se diferencia do outro (dos

proprietários); nesse mesmo instante, ele percebe seu opositor, que por sua vez é uma oposição também ao grupo, ao qual pertence. São portanto, nas relações expressas em lutas, conflitos, exploração, violência, opressão que o camponês enxerga o adversário, isto é, ele adquire a "Consciência do Adversário"^{12/} e afirma:

"Todo senhor de engenho é contra a gente!..."^{13/}

Entretanto, os contornos do adversário, num primeiro instante, muitas vezes ainda se encontram um tanto nebulosos, pois, a ideologia dominante, da qual sofre influência, dificulta a compreensão do significado histórico das relações ali engendradas, ou seja, a dimensão dos interesses contrários das classes em conflito. Porém, com a intensificação das lutas (lutas coletivas), marcadas essencialmente por violências, como também pela contribuição do elemento "externo"^{14/} (do qual nos ocuparemos posteriormente), vão clareando o antagonismo dos interesses entre as classes em luta, e, por conseguinte, o envólucro nebuloso da ideologia dominante vai sendo rompido.

Essa realidade conflitante que acabamos de ressaltar foi aguçada no momento em que as expulsões começaram a se tornar cada vez mais crescentes. Os camponeses não compreendiam que seria a expansão capitalista no campo a grande responsável por tais mudanças, porém, eles estavam conscientes de que aquelas relações tradicionais sofriam alte

3

quando
consciência

rompido do conceito
tradicional

o que é a exp. feita através das relações tradic.

rações e que estavam acarretando, por conseguinte, ameaças à sua condição de camponês.

O capitalismo, em sua primeira fase de desenvolvimento no campo, não elimina as relações de produção existentes em algumas áreas ou setores. Pelo contrário, ocorre uma redefinição (leia-se reprodução) dessas relações, só que agora, submetidos aos interesses do capital. Essa expansão capitalista, embora promovesse transformações radicais na estrutura agrária de produção, não provocou nenhum abalo à estrutura fundiária. Antes disso, ela foi garantida e fortalecida, o que significou, por outro lado, a recriação da figura do camponês como simples agregado. Porém, o capitalismo, numa fase posterior de sua expansão, necessita ^{quem disse?} destruir o campesinato que ele mesmo recriou, o que não se daria, por sua vez, de maneira tranquila. Os conflitos foram intensivos, tanto nas reações individuais, quanto nas rebeliões coletivas, expressas através dos movimentos sociais das décadas de 50 e 60. As expulsões foram massivas:

"Esse pessoal aqui tudim morava no sítio, tudim era gente da lavoura. Cadê que eles tão plantando mais?..." 15/

"... mais de 50 pessoas, mais de 50 famílias dessa propriedade foram despejados... e o resultado é que... foi o resto desses camponeses e de outras propriedades... aí deu motivo a formação da Liga Camponesa". 16/

Os camponeses sentiam que nem com a sujeição teriam mais garantia nas propriedades, o que significa dizer

depois
levar a
liga

que se viam perdendo a condição de camponês. Percebiam que estavam se proletarizando. E, além do mais, era uma realidade imposta a todos eles.

Isso fez com que buscassem na união a força capaz de garantir a permanência na terra:

"Era pra juntar gente prá essa lei /camponesa/dá certo! Pra cada um viver sobre si, prá ninguém trabalhar pra ninguém, só prá si. Era que nem uma pessoa liberta, que nem liberto!..." 17/

Quando começam a travar, de maneira coletiva, a luta contra os proprietários, os camponeses não só queriam continuar na terra, como também ambicionavam banir a sujeição manifesta no cotidiano. Enfim, não aceitavam mais essa condição para continuar sendo camponês. A preservação da cultura (valores, tradições, estilo de vida, etc.) camponesa seria recriada em novas bases. E eles percebiam que tinham força pra isso.

"... agente não tinha mais medo (...) o patrão dizia: -"hoje nós vamo pra tal canto". E nós dizia: -"vamo não". Quer dizer que agente tava ... ficamo livre, ficamo mais liberto!..." 18/

Entendemos que uma ação defensiva continha já o germe do "projeto" ofensivo, que era alterar radicalmente as relações de dominação impostas no campo. As práticas de mutirões na construção de roças individuais, demonstram o caráter ofensivo das ações camponesas:

"A gente dizia: - Amanhã a gente vai prá tal fazenda fulano de tal, amanhã vai mais gente por -

que lá o negócio é mais quente. E mais quente porque o proprietário era mais brabo e tinha capanga, né? Mas se ajuntava com home e ia. Entrava lá.. mitia a ripa pra cima, queimava cana, um roçado de cana de 10, 12 de 50, queimava ... fazia o roçado do morador que tivesse, que eles usaro pra plantar cana até no oitão da casa do morador ... /a gente dizia/... agora seu roçado é por aqui, ói. Lá num ia proprietário, nem vigia, nem o bute/dia bo/ não..." 19/

Diante do que foi dito, o entendimento que temos quanto ao "projeto" camponês é que este se define em defender a garantia da posse da terra para quem nela trabalhe, sem contudo existir as amarras da sujeição. O camponês queria ser recriado com liberdade, com a posse da terra e sem patrão.

Mesmo após termos identificado os principais fatores que definiram o projeto camponês, não o entenderemos em toda sua dimensão, se não compreendermos o valor que este atribui à terra.

Assim, para ele, lutar pela permanência na terra significava lutar pela manutenção de sua vida. A expulsão dela representava o fim de sua condição de camponês e a sua transformação em proletário, cujo futuro era de incertezas. Sua permanência na terra, porém implicava em sujeitar-se às imposições do dono de engenho e usineiro, pois estes últimos detinham a propriedade dela. Não é que para o camponês não importava ser ou não dono da terra, mas não tinha saída, necessitava ter acesso a ela e a "única" possibilidade seria submeter-se à sujeição, ao cambão, ao barracão, ao eito, enfim, às exigências do proprietário.

faltam depo de
do 9 poram as
na PB. de
de
de

mas nos estavam
quando estavam?

PROJETO
CAMPONÊS

*

*

*

Para o camponês, a terra era a extensão do seu próprio corpo pois, ela era o meio que garantia sua sobrevivência. A terra é "a morada da vida".^{20/} Daí não achar justo o "latifúndio improdutivo ou o monocultor" deter a propriedade da terra, pois privam-na da sua atribuição natural, isto é, "o processo natural de reprodução da vida".^{21/} Desse modo, percebemos que o critério justo de acesso à propriedade, para o camponês era o de que à terra deveria caber àqueles que a ela estivessem ligados através do trabalho. Terra livre é aquela que é possuída por quem a deseje como um bem (meio) de manifestação de trabalho e não como mercadoria, especulação. Assim:

"A terra entendida como bem comum, como morada da vida, é vista como extensão do próprio corpo. Os homens se confundem com ela, são uma coisa só. Aqui, o trabalho é a essência, a satisfação de suas necessidades, e a terra próspera, sua obra, sua realidade efetivada". 22/

Esse valor atribuído pelo camponês à terra devia-se à sua condição da privação - um cotidiano de sujeição, de exploração e de injustiça - e de ser a terra o único meio de sua sobrevivência, concebendo-a, portanto, como um valor cultural, porque indissociável de seu cotidiano.

Daí a necessidade do camponês de lutar pela permanência na terra, valendo-se, pois, de variadas estratégias de ação que iam desde às manifestações individuais até às ações coletivas. Contudo, mesmo almejando a autonomia do seu trabalho (que significaria a sua própria autonomia), não encontrara meios para efetivá-las em seu sentido "pleno", o que veio a aconte -

cer nos anos 50/60, através das Ligas Camponesas. Percebera, então, que, com a união, conseguiria manter-se na terra e em novas condições: seria autônomo. Por isso os camponeses desejavam, quando de seu ingresso nas ligas, banir das antigas relações (parceria, foramento, arrendamento, moradia, etc.) as amarras da sujeição e mesmo (no período culminante desse movimento) a posse da terra livre do patrão.

~~X~~ 2. A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICO-BURGUESA: O PROJETO DO PCB.

O Partido Comunista constituía-se numa força política que teve papel destacado como um dos mediadores no movimento das Ligas Camponesas dos anos 50/60. E, como tal, defendia uma posição frente à questão do campo, ao movimento camponês e ao papel que caberia ao campesinato no processo de transformação da sociedade brasileira.

Essas posições, contudo, só se farão entendidas se as percebermos imbricadas ao projeto global de transformação da sociedade, concebido pelo Partido. Logo, faz-se mister nos determos com bastante acuidade, ao seu exame.

A) PROJETO GLOBAL DO PC (Antecedentes Históricos).

O PCB, desde 1924, já demonstrava preocupações com a questão agrária no Brasil, através das teses defendidas por

Otávio Brandão, expressa na obra "Agrarismo e Industrialis - mo".^{23/} O autor, após ter constatado que o número de trabalhadores rurais (9 milhões) era "infinitamente" superior ao número de operários (275.512) concluiu que a economia do país era essencialmente agrária e baseada na grande proprieda - de, uma vez que insignificava o peso da pequena propriedade representando, pois, apenas 9% do território nacional.^{24/} Por outro lado, ademais, na dimensão política, os setores liga - dos a essa atividade econômica detinham o domínio quase que total do Poder. O Brasil, desse modo, estava contaminado pelo mal do agrarismo, afirmava Brandão.

A tese central defendida por ele é de que exis - tiam "dois brasis", um, representado pelo arcaico, agrário, se mifeudal e semicolonial, o outro, identificado com o moderno, industrial e nitidamente capitalista. Residindo aí, portan - to, a contradição fundamental de nossa sociedade.

Essas teses dogmáticas, aplicadas mecanicamen - te, sob influência da obra de Lênin,^{25/} foram assumidas pelo Partido e reiterados nos congressos subseqüentes, embora so - fressem alterações parciais em 1957.

Baseado nessas posições, o PCB iria definir es - tratégia e tática de luta, e por conseguinte delinear o cará - ter da revolução brasileira.^{26/} Esta, por sua vez, caracteri - zava-se como sendo democrático-burguesa, tendo em vista que a maioria dos trabalhadores sofria a "exploração semifeudal e

imperialista, e do monopólio da terra". 27/ Enquanto isso, o conflito anticapitalista estaria posto em fase posterior, uma vez que a burguesia nacional/industrial seria entendida como uma grande aliada, nesse momento da luta, contra os setores agrários e imperialistas, pela suposição de que representavam interesses contrários.

Essa análise, que caracterizava a economia brasileira de perfil agrarista, com fortes traços semifeudais e semicoloniais, tendo por base a grande propriedade, exigia que uma das primeiras tarefas posta à revolução deveria ser a resolução da questão de campo, através do confisco do latifúndio, da eliminação dos restos semifeudais e de independência aos setores imperialistas. Como meio de consolidar esse processo revolucionário, coloca-se a necessidade de unificar a luta entre cidade e campo, expressa e sob a direção da aliança operário-camponesa, que traria a reboque, consigo, a burguesia progressista e setores médios.

Essas posições logo demonstram uma compreensão etapista da transformação social, segundo a qual, para se chegar ao socialismo, ter-se-ia impreterivelmente que passar por uma revolução burguesa (caso típico do processo russo), baseada numa concepção orientada por uma visão equivocada da realidade. Tal concepção compreendia também a falsa dicotomia agrarismo X industrialismo, segundo a qual haveriam interesses contraditórios entre a burguesia industrial e os seto-

✱
operário-camponesa
mas

✱

por que?

res agrários e imperialistas, havendo então que se conquistarem os primeiros para a consolidação da primeira etapa do processo revolucionário, a revolução democrático-burguesa. 28/

Já em 1958, mesmo ainda concebendo uma visão dualista da formação recente do Brasil, o PCB, através de documentos oficiais (contidos na denominada Resolução de 58), 29/ apontaria para algumas alterações ("complementares") de sua análise sobre a característica da sociedade brasileira, de um lado, devido ao processo de industrialização acelerada que o país estava vivendo, e de outro, devido às influências do discurso desenvolvimentista, tão em voga na década de 50 (principalmente no governo de J. Kubitschek). Dessa maneira, o partido relaciona abundância e riqueza ao setor industrial e pobreza e miséria ao setor agrário. Com isso, concluía que seria preciso, como saída para o benefício da grande maioria dos trabalhadores (camponeses), o desenvolvimento e a industrialização do campo. Coerente com tal posição, deu-se a sua participação e interesse em ser um dos articuladores do Congresso de Salvação do Nordeste, realizado em Pernambuco em 1955, cujo conteúdo programático se inspirara nas teses desenvolvimentistas e seria, na verdade, o instrumento de introdução dessas teses no Nordeste. Dentre outros itens debatidos, destacamos o problema da industrialização da região e a problemática da questão agrária, assim comentado por Azevedo:

"O texto final da Carta de Salvação do Nordeste não só incluiu a reivindicação da reforma

agrária, como condenou a estrutura fundiária con-
centradora e arcaica e a baixa qualidade de vida
dos camponeses e trabalhadores rurais, ao mesmo
tempo em que denunciava a disparidade regional do
Nordeste em relação ao Centro-Sul e a estagnação
da economia nordestina ... 30/

Essa tendência ficaria mais nítida no V Congres-
so do Partido (em 1960), quando a problemática da questão a-
grária foi um dos temas mais discutidos e, sem dúvida, de ma-
neira mais intensa do que nos Congressos anteriores. Não sem
razão, mas, pelo menos, por dois fatores essenciais: primei-
ro, porque o campo se encontrava em grande ebulição, através
do movimento das Ligas Camponesas; segundo, devido à concep-
ção que o Partido resguardava da necessidade histórica de se
realizar uma reforma agrária como uma medida indispensável e,
portanto, básica, para se consolidar a revolução democrático-
-burguesa.

O V Congresso reafirma a necessidade de forjar
uma revolução antifeudal, democrática e nacional. Logo, a
transformação que deveria ser incrementada no campo passaria
pela reforma agrária, com a conseqüente eliminação do monopó-
lio da terra, de conteúdo industrializador (pois só dessa ma-
neira se conseguiria suprimir o atraso reinante no setor agrá-
rio), através do fortalecimento da economia camponesa, do in-
centivo à criação de cooperativas e mecanização da produção.

"Em sua atual etapa histórica, a sociedade bra-
sileira deve superar duas contradições fundamen-
tais. A primeira é a contradição entre a nação
em desenvolvimento e o imperialismo norte-ameri-
cano e os seus agentes internos, exigindo, como

solução radical, a completa emancipação nacional. A segunda, é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas, exigindo, como solução radical, uma reforma agrária de tipo camponês. *

Entre as duas contradições fundamentais que a revolução deve solucionar na sua etapa em curso, a primeira delas - a contradição anti-imperialista - se apresenta como a principal, a dominante no momento presente do processo histórico. (...) o que significa, em outros termos, que, considerando a contradição anti-imperialista como eixo da luta de classes, orientamos o nosso trabalho no sentido de que as reivindicações nacionais se fusionem como as reivindicações democráticas num só movimento popular, a cuja frente se coloquem as classes mais avançadas - os operários e os camponeses. (...) Daí se segue a caracterização da burguesia nacional como força participante da frente única nacionalista e democrática..." 31/

O que também está claro nas citações é que o PC subordina à luta anti-imperialista o projeto de reforma agrária, quando define como contradição fundamental o conflito entre nação e imperialismo. Nesse sentido a burguesia nacional se constituiria como aliada do campesinato. Possível porque a primeira almejava ampliar o mercado, buscando encontrá-lo no campo, pelo fortalecimento de economia camponesa. E, ademais, segundo o PC, ambos não desejavam eliminar a propriedade privada e sim a sua desconcentração, conduzida pela reforma agrária e acompanhada de uma política agrícola modernizadora.

Ao definir o latifúndio como o inimigo principal no campo, o PC deixa claro a sua falta de conhecimento sobre a realidade brasileira, cometendo um equívoco no entendi -

mento da nossa formação social: não percebe o tipo de desenvolvimento capitalista "concebido" no país, onde não se teria dois campos nitidamente opostos entre as classes dominantes (em contraposição ao processo ocorrido em alguns países europeus). Pelo contrário, estas estavam enredadas num complexo de relações, embora houvesse algumas controvérsias conjunturais, o que não significaria todavia, antagonismo de interesses. Além disso, as lutas expressas pelas Ligas Camponesas nas décadas de 50 e 60 não se deviam, como fez crer o PC, ao conflito travado com o velho latifúndio, porém com o novo e emergente capitalista, uma vez que identificamos tal período correspondendo à expansão e consolidação dessas relações (capitalistas) no campo. Disto decorreria equivocadas táticas de luta, traçadas pelo partido.

em contradição com a 1ª parte do texto

O V Congresso também reafirmaria a necessidade da aliança operário-camponesa (também evidente nas citações imediatamente acima) como direção do processo revolucionário. Contudo, a grande alteração na posição do partido consistia na redefinição tática para a construção do socialismo, devido, fundamentalmente, às alterações ocorridas na política do Partido Comunista da União Soviética - PCUS - no seu XX Congresso, a saber, uma redefinição da sua política externa e interna com uma crítica ferrenha ao stalinismo.

"O processo de elaboração desta linha geral se deu através de longa prática vivida intensamente e da luta interna, do confronto de opiniões, que, desde 1956, após o XX Congresso do PCUS, es-

timulou de modo imperativo o pensamento marxista brasileiro (...) As dificuldades atravessadas pelo movimento comunista mundial em 1956 ... representaram ... /o/ fortalecimento do organismo, que não implicava em falência de princípios marxistas, mas, ao contrário, em sua plena reafirmação, através do repúdio das violações decorrentes do sistema do culto à personalidade de Stalin ...". 32/

Desse modo o Partido Comunista, em consonância com essa modificação, aventaria a possibilidade de construção do socialismo pelas vias legais e pacíficas. Esse novo momento redimensionaria toda a sua prática política. O Partido concebia aquele momento como sendo de acúmulo de forças para, gradativamente ir mudando a feição do Estado e da sociedade, isto é, construindo a sociedade socialista.

"Os comunistas brasileiros consideram que existe a possibilidade real de atingir tais objetivos (o socialismo) por um caminho pacífico, ou seja, por um caminho que ... exclua a inevitabilidade da insurreição armada e da guerra civil (...) A tarefa de alcançar este poder não se resolve com a simples propaganda mas, através de um processo de acumulação de forças, que conduza à alteração radical na correlação de forças favor da revolução (...) Nas circunstâncias favoráveis da situação internacional e do ascenso das forças populares e nacionalistas no país, os comunistas confiam ser possível assegurar o curso pacífico da revolução brasileira, desde que as grandes massas lutem e conquistem verdadeiras reformas de estrutura, defendendo ativamente as liberdades democráticas contra os atentados das forças pró-imperialistas e reacionários". 33/

Enfim, diante dessas considerações, ao refazeremos a trajetória do projeto global do PC e ao mesmo tempo suas propostas para o problema agrário, situando-os historicamente, cabe-nos, agora, adentrarmos na conjuntura contemporâ-

nea das Ligas Camponesas, com o objetivo de analisar as propostas apresentadas pelo Partido, de organização do movimento camponês, em particular, é claro, as ligas.

B) PROPOSTAS DE ORGANIZAÇÃO PARA O MOVIMENTO CAMPONÊS.

A favorável conjuntura política brasileira a partir de meados dos anos 50 propiciava a emergência e mesmo ampliação dos movimentos democráticos e populares, que se aprofundaram com o governo Goulart, embasado no projeto de reformas de base, cujo ítem "reforma agrária" se constituiria como um dos primordiais. No Nordeste, em particular, alguns eventos seriam significativos como consequência dessa política e, ao mesmo tempo, como fatores que interfeririam na ampliação e aprofundamento dela. Destacamos:

a) O CONGRESSO DE SALVAÇÃO DO NORDESTE: realizado em Recife, em 1955, a cuja importância e conteúdo já fizemos alusão. Este evento contara com a participação de vários setores sociais dos nove estados, tais como: comerciantes, partidos políticos, parlamentares, lideranças sindicais, industriais, delegados das ligas (em especial) etc.

b) I ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE: realizado no ano de 1956, na cidade de Campina Grande-PB, cujo tema central e quase exclusivo seria sobre a problemática a

grária, tendo, como consequência, 21 decretos relacionados à agricultura, assinados pelo Presidente da República.

c) FRENTE DO RECIFE E OPOSIÇÕES UNIDAS DE PERNAMBUCO:

essa frente surgiu com a aproximação do PC com a esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, devido, fundamentalmente, à sensibilização pelo Partido Comunista aos problemas do Nordeste, seu envolvimento no Congresso de Salvação do Nordeste, e, por último, à sua capacidade organizacional, que viria a se ampliar com a adesão do Partido Socialista Brasileiro - PSB. Este fato resultou na sua consolidação enquanto frente de esquerda que foi fortalecida com a vitória, já em 1955, de seu candidato à prefeitura do Recife-PE - Pêpidas Silveira, do PSB - cujo plano de governo se baseava nas resoluções do Congresso de Salvação do Nordeste.

O próximo passo da Frente consistiu na aproximação, através de uma coligação, com os partidos progressistas no Estado (UDN, PSP e a ala moderada do PTB) que estavam em oposição ao governo do Partido Social Democrático - PSD, representado por Cordeiro de Farias. Dando origem pois, em 1958, à Frente Única Pernambucana. Esta frente se fez possível graças a uma cisura entre os setores dominantes, o que indicava alterações profundas entre o bloco industrial-agrário, nas esferas política e ideológica. Processo este, ocorrido entre 1957/1958.

O fortalecimento dessa coligação refletia-se nas

vitórias eleitorais consecutivas de seus candidatos a governo do estado, Cid Sampaio (1958) e Miguel Arrais (1962), cujos programas de mandato repousavam sobre as teses nacional-desenvolvimentistas, em consonância com a política do Estado Populista, particularmente no período do governo Goulart.

Em outras palavras, a solidificação das Oposições Unidas de Pernambuco significava a quebra de hegemonia das tradicionais oligarquias do estado e o conseqüente alargamento dos espaços democráticos.

É com essa nova conjuntura que o PC redefine suas prioridades e volta a atuar no campo (onde não atuava desde a década de 40, devido à repressão no governo Dutra), onde se dedicaria mais à atuação com os assalariados agrícolas. Contudo, centra suas atenções também no trabalho junto às Ligas Camponesas, contribuindo, pois, para o alargamento desse movimento a outros estados do Nordeste. Na Paraíba, em particular, sua presença foi marcante: com atuação em vários municípios, adquiriu a hegemonia da direção estadual das ligas.

As Ligas Camponesas eram objeto de mediação de outras forças políticas além do PC, que, por sua vez, expressava-se num clima de intensas disputas, pois encerravam entendimentos divergentes do papel do campesinato e daquele movimento, no processo de transformação social. Dessa forma,

"As ligas iriam espelhar talvez como nenhuma outra organização da época, os impasses e as contradições vividas pela esquerda brasileira, dian

te da coligação dos movimentos sociais e dos caminhos táticos em seu enfrentamento ao bloco industrial-agrário..." 34/

O PC agia aliado ao governo populista (principalmente no período "janguista"), apoiando inclusive as Reformas de Base,^{35/} enquanto as outras forças mediadoras ("julianistas", dissidentes-PCB, trotskistas, etc.) atuavam em faixa "própria", isto é, em posição bastante crítica à política do Estado Populista.

Preocupado em tornar-se cada vez mais uma força política influente junto ao campesinato, o Partido Comunista paralelamente à atuação nas ligas, dedicava-se também em promover encontros camponeses com o objetivo de articular outros organismos (camponeses) que se expressavam num movimento nacional, através de um programa comum de luta. Destacou-se aí o empenho à realização (entre os mais significativos) da I Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, em setembro de 1953, realizado concomitantemente em três estados (Ceará, Paraíba e São Paulo); do I Congresso Nordestino de Trabalhadores Rurais, em agosto de 1954, na cidade de Limoeiro-PE que foi, na verdade, um preparatório regional para a realização da II Conferência Nacional; e, por último, da II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em São Paulo, em 1954. O evento mais importante desta Conferência foi a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil-ULTAB, que, dentre seus objetivos, pro

punha-se a aglutinar as associações que já existiam e se empenhar na criação de novas associações ou sindicatos. Por outro lado, como a maioria dos líderes eram membros do Partido, resulta que a ULTAB estaria "engendrada e apoiada pela estrutura nacional" ^{36/} do Partido.

Assim, cada vez mais, os projetos defendidos pelas forças presentes nas ligas se diferenciam, os seus caminhos seguem direções cada vez mais em sentidos opostos. O ponto culminante dá-se em 1961, no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte. Esse Congresso foi articulado pela ULTAB (e demais entidades e associações rurais sob influência do PC), e por outras forças, destacando-se os "julianistas", os dissidentes-PCB e as próprias lideranças das Ligas Camponesas). Entretanto, a ULTAB teria a maioria dos 1.400 delegados presentes ao Congresso, em contra-posição à bancada das Ligas Camponesas (sem influência do PC).

Esse Congresso recebeu grande apoio (inclusive financeiro) do Governo Federal, contando com a presença, em sua abertura, do próprio Presidente Goulart e alguns dos seus ministros. A postura do governo, no entanto, demonstra sua pretensão em tutelar o movimento camponês.

Esse encontro se constituiria num marco, na história das Ligas. Primeiro porque significava o início de uma nova etapa em sua trajetória, isto é, o seu lançamento como

movimento nacional, sob a consignaço da Reforma Agrária. Segundo, porque representava o divisor de águas entre as posiçoões do PC e o bloco liderado por Francisco Julião, com a conseqüente perda de hegemonia por parte do primeiro.

Mesmo com a minoria dos delegados, o bloco liderado por Julião conseguiu dar a tônica do Congresso, por sensibilizar grande parte dos delegados para sua Proposta de Reforma Agrária Radical, ou seja, "na lei ou na marra", e, conseqüentemente, para todas as implicaçoões que essa proposta encerrava. Em contraposiçoão, o PC defendeu sua proposta de Reforma Agrária pela via legal e de forma gradativa, começando pela extensão dos benefícios trabalhistas (CLT) ao homem do campo, da previdência social e assistência médica (esta última através da implantação do Serviço de Atendimento Médico Domiciliar de Urgência - SAMDU); pela criação de Juntas de Conciliação e Julgamento em cidades pólos dos estados; por melhores condições de vida, etc., restringindo-se aos limites da proposta de Reforma Agrária defendida pelo Governo, através do Programa de Reformas de Base.

Coerente com estas posiçoões, o Partido Comunista passa a atuar nas ligas tentando transformá-las em Sindicatos, sob sua influência, isto é, o Partido começa a abandonar o trabalho nas Ligas, com excessão daquelas em que ainda mantinha a hegemonia, como era o caso das Ligas da Paraíba, onde o Partido tanto tinha influência em muitas diretorias municipais quanto na própria direção estadual (Federação), re -

presentada na figura de Assis Lemos.

"Esta proposta de reestruturação /das ligas/ ocorreu num momento de ascenso do sindicalismo rural, num momento em que o PCB (e, em alguns lugares, a Igreja) jogou toda sua força praticamente na criação e sedimentação de sindicatos rurais..." 37/

O governo, por seu lado, sentindo-se pressionado pelas resoluções aprovadas no Congresso de Belo Horizonte, começaria a amenizar os obstáculos ao direito de sindicalização rural, culminando na criação do Estatuto do Trabalhador Rural-ETR.

"As classes dominantes não podem desconhecer que o camponato passa a se constituir como um novo personagem histórico no panorama nacional... É nesse sentido que se explicam os projetos de extensão da legislação trabalhista ao campo e sindicalização rural ... O Estatuto do Trabalhador Rural ... não ultrapassa os limites conseguidos na consolidação das Leis do Trabalho, que no fundo implicaria delimitação e controle das condições de atuação política das classes assalariadas..." 38/

O Governo Federal priorizava a entrega de Cartas Sindicais ao Partido Comunista e à Igreja (nesse momento, ela já se constituía uma força no movimento camponês), como forma de inibir o movimento das Ligas Camponesas. Isto implica dizer que o PC, ao atuar no Trabalho de Sindicalização Rural, aceitava a sua tutela pelo Estado Populista:

"Desarticular, refrear focos de tensões e violências também é uma forma de cindir, de manter a ordem. Ao teorizar a reforma agrária, aceitar a sindicalização rural nos termos que o Estado impunha, o PCB não conseguiu mais que refrear o salto de qualidade das massas camponesas". 39/

popul do PC nas
ligas

Diante dessa suscinta porém definida preleção, ficam claras as propostas e os princípios, bem como as táticas, que esse mediador ousou incrementar às Ligas. Torna-se, pois, esclarecedor estabelecer a relação daquela luta "específica" com um projeto de transformação global da sociedade.

Discutimos já a sua relação com outras forças políticas presentes neste movimento, numa verdadeira disputa pela sua hegemonia. Contudo, não adentramos de maneira detalhada em que precisamente seriam essas forças, as suas posições e projetos todavia, tentaremos fazê-lo.

3. O ADJETIVO RADICAL: O PROJETO "JULIANISTA".

Ocupar-nos-emos agora do exame do projeto dos "julianistas". Faz-se necessário antes esclarecer que essa força política não consistia em algo tão homogêneo, pois não se comportava como uma organização do tipo marxista-leninista e sim apenas como uma tendência no movimento. Tratava-se muito mais de "seguidores" ^{40/} das posições de Francisco Julião.

O envolvimento de Julião com as Ligas dá-se quando este é procurado pelos seus líderes (mais ou menos em meados de 1955) para prestar assessoria jurídica (pois além de Deputado Estadual - pelo PSB - era advogado), uma vez que os foreiros do Engenho Galiléia (os fundadores das Ligas de Pernambuco) reclamavam seus direitos estando em conflito com o

proprietário.

Aceitando assessorar os "galileus", Julião se dedicou com bastante empenho àquela causa, pois nunca tinha se comprometido com uma ação coletiva de camponeses e sentira sua importância (política e social). O seu envolvimento exigiria também que ocupasse a tribuna da Assembléia Legislativa. Assim, articulou a formação de um Comitê Político composto por vários Partidos (UDN, PST e PTB) para lutar em defesa dos interesses daqueles foreiros. O projeto, que veio a se consumar em 1959, consistiria na desapropriação do engenho com a imediata posse para quem nele trabalhasse. Os "galileus" também solicitara assessoria para oficializar sua organização (pois estava em gestação a Liga da Galiléia). Julião registraria os seus estatutos (sob o nome de Sociedade Agrícola dos Plantadores e Recuaristas de Pernambuco - SAPP) em cartório como uma associação civil, tendo em vista que a criação de sindicato não era permitido por lei.

Então, de uma "simples" assessoria jurídica, o trabalho de Julião passaria a ser mais sistemático. O seu envolvimento junto aos foreiros cada vez tornou-se maior, e ele busca, então, estruturar aquele movimento de maneira que estrepale os limites do engenho. Criou-se assim o Conselho Regional da SAPP (originário do Comitê Interpartidário ao qual nos referimos), sendo ele o seu presidente.

Em 1960, Julião e alguns camponeses (líderan -

ças), visitariam Cuba e Venezuela integrando numa comitiva do candidato Jânio Quadros, à presidência da República. Tal visita lhes permitiria conhecer da experiência cubana de Reforma Agrária, assim como das variadas formas de atuação dos sindicatos e associações rurais venezuelanos. A partir daí começaria a se gestar o Projeto "Julianista", que significava uma nova etapa da história das "Ligas" de Pernambuco.

O encaminhamento que dera à luta antes de sua influência pela revolução cubana, concebia possível uma aliança tática com a burguesia, através da utilização do código civil, pois considerava que as reivindicações, tanto dela quanto do campesinato, seriam semelhantes, já que ambos resguardavam o interesse pela preservação da propriedade privada, que é a base de onde se ergue uma correspondente superestrutura jurídica, expressa pelo Código Civil. Daí o seu entendimento em achar que a burguesia industrial também era favorável à reforma agrária, tendo em vista que esta, além de proporcionar novos mercados, não punha em xeque a propriedade privada, aproximando-se, portanto, do pensamento camponês.

Essa concepção, porém, é totalmente superada mais tarde, devido fundamentalmente à influência da revolução cubana, após Julião conhecer de perto aquela experiência. E, numa crítica ao PC, declara:

"... achamos que é viável a tomada do poder através do campesinato por ser um país essencialmente agrícola ... Nós desejamos libertar o povo como o

PC também deseja mas, a essa altura, não é possível fazer aliança com a burguesia nem pensar em conquistar o poder político pelos caminhos pacíficos". 41/

Assim, os "julianistas" propunham forjar um movimento a exemplo do processo cubano, afirmando a necessidade da luta armada como meio de se chegar ao socialismo, tendo como força hegemônica o campesinato. Como eixo central da luta, defendiam a Reforma Agrária Radical,^{42/} através da qual se questionava o poder do latifúndio em aliança com o Imperialismo. Daí afirmar-se ser latente o caráter revolucionário do movimento camponês, pois apenas no decorrer da luta é que se tornaria evidente a necessidade de eliminação do capitalismo, substituindo-o por uma ordem socialista.

Muito embora essa posição se diferencie do Projeto do PC, ambos (aliás todas as tendências presentes às Ligas) cometem um equívoco idêntico: definem como inimigo principal no campo o "velho" latifúndio e não o capitalismo em expansão, decorrendo por conseguinte, num conhecimento enganoso das causas da expulsão camponesa.

A proposta de se chegar ao socialismo, pela via armada, sendo o campesinato seu principal agente, não era defendida apenas pelo bloco de Julião, mas também compartilhada por outras forças políticas. Dentre elas as mais expressivas eram os dissidentes do PCB, dos quais nos ocuparemos em seguida. Porém, a forma de conceber esse caminho encerrava diferentes interpretações, que indicavam mais uma cisão no inte -

rior do movimento. Essa visão viria a se aguçar em 1961, quando ocorria a invasão da Baía dos Porcos, por tropas contra-revolucionárias, na tentativa de derrubar o governo de Fidel Castro. Este fato repercutiu no comportamento dos Dissidentes do PCB (e demais forças esquerdistas) pois, tomaram a resolução de antecipar a preparação da resistência armada (fomentando campos de treinamento guerrilheiro) o que, por sua vez, entrava em choque com as posições dos "julianistas" (e não só com estes, porque o PC e algumas outras também tinham posições contrárias). Isso conseqüentemente aumentaria as disputas pela hegemonia do movimento que, com efeito, levaria a um contínuo esfacelamento da organização das Ligas.

Esse processo de disputas acirradas e de crise interna das Ligas indicava, a partir de 1962, a perda de hegemonia por parte dos "julianistas" e em particular do próprio Francisco Julião, da direção deste movimento.

Diante desses acontecimentos Julião lança, em abril de 1962, na cidade de Ouro Preto, um manifesto (Manifesto de Ouro Preto) propondo a criação do Movimento Radical Tiradentes-MRT. Que por sua vez resgataria as propostas aprovadas no Congresso de Belo Horizonte, a saber, as bases para uma Reforma Agrária Radical. Porém, o MRT não consegue reestruturar as Ligas no sentido político e organizacional. Com isso, Julião é expulso da sua direção, tendo Clodomir Morais, assumido seu lugar. Todavia, mesmo com essa alteração não se

conseguiu ir muito além, sendo o Movimento dissolvido em ou tubro de 1962. A luta entre os "julianistas" e os dissidentes -PCB se acirra cada vez mais, proporcionando um aguçamento da crise do movimento. Assim, no início de 1963 as Ligas encontram-se inteiramente desestruturadas na maioria dos estados. Soma-se a isso a ascensão da campanha pela sindicalização rural promovida pelo PC, a Igreja e o Estado Populista.

Diante da continuidade e aprofundamento da crise Francisco Julião, em 1963 (inícios) lança a proposta de recriar "... o MRT através da formação de Movimento Unificado da Revolução Brasileira - MURB". 43/

O MURB deveria congrega as forças revolucionárias, 44/ e basear-se no adjetivo RADICAL para efetivar todas as reformas que propunha, isto é, agrária; industrial, bancária, educacional, militar, urbana, etc., que

"... iam desde a desapropriação das terras, mediante indenização paga com títulos do poder público, resgatáveis a longo prazo e a juros baixos, até a encampação das grandes indústrias (nacional ou estrangeira) e a nacionalização do sistema financeiro..." 45/

Essa proposta vem reafirmar o caráter da revolução brasileira no sentido nitidamente socialista, resguardando pois, sua posição expressa desde 1960, que se baseava na II Declaração de Havana. Entretanto, Julião não percebe a complexidade social e política da realidade, uma vez que apenas distingue duas forças em conflitos, a saber, as forças re

volucionárias e as forças reacionárias, ^{46/} não captando o intrincado jogo de alianças políticas entre as classes e/ou fração de classes.

Como não contemplava a sua viabilidade de forma concreta (e porque estava sendo reapresentada), a proposta de Julião foi rejeitada pelo Conselho Nacional das Ligas.

Em contraposição à concepção tática dos "julianistas", o Pe. Alípio apresenta uma outra proposta que, mesmo incorporando parte da de Julião, não apresentava caráter semelhante a esta quanto a viabilizar a revolução socialista. Representava, portanto, o fortalecimento das concepções táticas dos Dissidentes-PCB, pois, enquanto a proposta de Julião tinha um caráter de Frente Revolucionária, a do Pe. Alípio tinha um caráter de Partido Político Agrário marxista-leninista, compreendendo, pois, uma Organização de Massa (OM) e uma Organização Política (OP) estruturado sob o centralismo democrático, entendendo-se esta última como a vanguarda do processo revolucionário, a sua Direção. Essa segunda proposta foi ratificada pelo Conselho, em janeiro de 1964, marcando para meados do mesmo ano o seu I Congresso das Ligas do Brasil.

Resta-nos, como conclusão deste capítulo, nos deter no complemento da análise do projeto dos Dissidentes -PCB, uma vez que já nos referimos a isto com rápidos comentários. Vejamos, pois.

4. O DISPOSITIVO MILITAR: O PROJETO DOS DISSIDENTES - PCB.

Esses setores vão existir como mais uma tendência de esquerda a partir de 1956, quando o movimento internacional, e particularmente o PC, passaria por graves transformações, sob a influência do XX Congresso do PCUS, realizado nesse mesmo ano. A crítica voltava-se às concepções stalinistas de construção do socialismo; seria portanto, um rompimento com esses princípios, aventando-se a possibilidade da via legal e pacífica como meio de fazê-lo. Diante dessas alterações, o grupo minoritário do PCB continuaria fiel ao stalinismo. E, em 1960, quando a nova posição do Partido é oficializada no seu V Congresso, esse grupo em minoria desliga-se definitivamente, constituindo-se pois, como dissidente do PCB.

Havia muita semelhança entre a posição destes, do processo revolucionário, assim como da proposta de reforma agrária, e as posições dos "julianistas". Ou seja, os dissidentes também concebiam a via armada para se chegar ao socialismo, tendo o camponês como força revolucionária principal, em aliança com o operariado, através da Reforma Agrária Radical, como eixo central da luta. Contudo, a divergência consistia na forma do levante armado e quando se daria esse levante.

Essas divergências iriam se agravar em 1961, devido à influência dos acontecimentos na Baía dos Porcos, pois os dissidentes e outras forças esquerdistas (Trotskistas, etc.),

temendo ações daquela natureza em outros países do continente, inclusive no Brasil, alteraram as suas táticas, porquanto as tropas norte-americanas estavam em franca ofensiva contra a revolução cubana e poderiam, por conseguinte, atingir governos que a ela lhes fossem simpáticos. Diante desse fato, os dissidentes-PCB (juntamente com alguns outros setores esquerdistas) resolveram antecipar a resistência armada estimulando os treinamentos guerrilheiros, medidas estas conflitantes com a posição de Julião, traduzidos em disputas acirradas.

Os dissidentes apostavam na revolução a partir do campo, a exemplo do processo chinês, e pelo Focismo (guerrilhas) sob influência do caso cubano. Assim, ainda em 1961, deslocaram muitos líderes das Ligas para os campos de treinamento, o que significaria o germe do dispositivo militar desse movimento, que, por vezes, se daria de maneira autônoma das atividades legais das "ligas".

"Do ponto de vista organizacional, a montagem do dispositivo militar dava-se de forma autônoma da atividade legal das ligas... o setor armado, na verdade, tinha uma autonomia política e orgânica, sob o controle dos grupos e partidos políticos que o apoiavam ... numa profunda luta interna entre os grupos que disputavam a hegemonia das ligas e o controle do setor militar..." 47/

No início de novembro de 1962, o exército brasileiro cerca os campos de guerrilha e os reprime, prendendo todos aqueles envolvidos, desativando a Associação Goiana de Trabalhadores do Campo - AGTC (principal campo guerrilheiro do país).

Mesmo sofrendo esses ataques, os dissidentes (e demais esquerdistas) continuam agindo clandestinamente em outras áreas.

Essas práticas, e o choque com outras forças internas às Ligas, contribuiriam ainda mais para o isolamento e fracasso das mesmas, o que veio ocorrer definitivamente com a força externa do golpe militar.

CAPÍTULO II
ENTRANDO COM HEGEMONIA TOTAL: A
RELAÇÃO ENTRE OS PROJETOS E A
BASE DAS LIGAS

Afirmamos, no primeiro capítulo, que nas Ligas Camponesas, existiam muitos projetos, destacando, porém, apenas os quatro principais, os mais expressivos.

Evidenciamos que esses projetos relacionavam-se de maneira contraditória, isto é, de um lado interagiam, formavam uma força social e política que objetivava romper com aquelas relações de exploração no campo, confrontando-se assim com o poder da burguesia rural. Contudo, por outro lado, esses projetos diferenciavam-se profundamente: enquanto para o camponês o que lhe interessava era permanecer na terra sem estar sujeito às relações de exploração que tradicionalmente lhe eram impostas. Para as forças mediadoras, estava posto um projeto de transformação global da sociedade brasileira, tendo, em parti-

cular, a reforma agrária como uma das medidas necessárias a serem efetivadas, sob as formas de propriedade privada ou associada e estatal. Por sua vez, entre essas forças mediadoras também existiam muitos conflitos. Estavam em graves disputas pela hegemonia do movimento e os caminhos (táticos e estratégicos) que dependiam para alcançar seus objetivos (a construção da sociedade socialista) confrontavam-se profundamente, embora houvesse entre uns maiores semelhanças, o que no entanto, não significava esfriamento das disputas.

O que vamos examinar nesse capítulo são alguns aspectos na concretização dos projetos nas Ligas da Paraíba. Destacamos dois principais aspectos: a luta entre as forças políticas pela hegemonia nas Ligas e a relação entre esses mediadores e a base do movimento.

1. UMA INFINIDADE DE CALÚNIAS: PROJETOS E CONFLITOS PESSOAIS.

Nas Ligas da Paraíba praticamente só existiam duas forças políticas atuando, a saber, o Partido Comunista e os "julianistas", e, como já vimos no primeiro capítulo, estas forças apresentavam projetos bem diferenciados que acarretariam intensas disputas pelo controle do movimento.

Cabe-nos pois, analisar como se manifestavam concretamente essas disputas nas Ligas paraibanas, que, por sua vez, se farão possíveis pelo exame da tática de viabilização

dos projetos. Iniciemos portanto, tecendo considerações ao Partido Comunista.

Um aspecto que nos chama a atenção de sua prática consiste no uso que este faz do empreguismo. Utilizando-se da estrutura do SAMDU, por exemplo, passa a oferecer emprego aos líderes camponeses em troca de sua filiação, e dos demais liderados, às Ligas e mesmo à sua proposta política, uma vez que estava sob sua "responsabilidade" a implantação deste órgão na Paraíba, devido a sua aliança com o Estado Populista.

Um exemplo do uso de tal prática pode ser constatado numa passagem da entrevista com o Sr. Paulino, o qual nos contou que, quando era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areia, no início dos anos 60, recebeu do Prof. Assis Lemos um convite dessa natureza, para filiar-se às ligas juntamente com os sócios do sindicato, em troca de um emprego naquele órgão da saúde. Assim declarou o Sr. Paulino:

"... Eu era presidente e aquele menino deputado. Ele mandou me chamar, aí eu fui numa reunião e ele mandou escolher o que eu quisesse pra ... eu passar prás ligas com todos os sócios ... do sindicato ... que ... tinha mais de 2 mil ... Aí ele me ofereceu emprego /no SAMDU/, me ofereceu tudo mas, eu não quis não ..." 48/

Tal citação demonstra com muita evidência um aspecto da prática do Partido Comunista, pois, este caso não se apresentaria como sendo um caso isolado, uma vez que o constatamos também nas diversas entrevistas que nos foram concedidas.

Este expediente utilizado pelo Partido visava atingir fundamentalmente três objetivos, que, por sua vez, estavam intrinsecamente relacionados: estimular adesões de camponeses às Ligas; viabilizar seu projeto, pois, como sabemos, este caracterizava-se não apenas pela luta pela reforma agrária mas também pelo incremento da extensão dos benefícios dos setores urbanos para o trabalhador rural, tais como: garantia dos direitos trabalhistas (CLT), direitos à previdência social, à assistência médica, etc., esta última realizando-se através da implantação do SAMDU pois, não devemos esquecer que a viabilização do Projeto do PC passaria por uma aliança com o Estado Populista, particularmente com o governo Goulart, o que nos permite entender o porquê do PC ser o responsável pela implementação do SAMDU na Paraíba. O terceiro objetivo pretendido pelo partido, mediante o emprego desse expediente, por conseguinte, seria conquistar a hegemonia frente aos grupos divergentes, subentendendo-se que os líderes cooptados (pela troca do emprego concedido) estavam fiéis à política do Partido.

Essa prática do empreguismo não se restringia aos líderes camponeses, mas também àqueles que desejavam atuar como articuladores envolvidos no trabalho de preparação de comícios, panfletagens, envolvimento na criação de novas Ligas, etc. Assim foi o caso do Sr. Porfírio, que na época era sapateiro. Vejamos o que ele nos relata:

"Eu ... trabalhava /como/ ... sapateiro ... e o resultado é que eu fui para o SAMDU, trabalhar no

SAMDU e nos dias de folga me danava no meio do mundo ... fazendo somente levantamento das Ligas Camponesas ... eu ajudava ... a organizar o comício. Numa ocasião eu fui pra um comício em Pilar, eu fui quem fui preparar o comício, quer dizer, fui com o carro de propaganda ... eu e o motorista fazer a preparação no centro da cidade pra depois ir a caravana fazer o comício ... eu participei muito de comício em Sapé, naquele meio de mundo todinho. E fui, depois daquele movimento em Mari, 49/ aquele acidente com os camponeses com aqueles capangas; eu fui lá verificar o negócio lá, cheguei a conversar com o pessoal por lá, os camponeses. A minha utilidade era assim, participando aqui, alí e acolá, prá tomar conhecimento. Eu fui muitas vezes aqui em Alhandra vender jornal, prá conversar lá com os camponeses. Fui aqui em Gramame..." 50/

Em contraposição a essa prática e proposta se manifestariam alguns mediadores ligados a Francisco Julião. Recorremos a uma passagem do discurso do Sr. Antônio, que nos coloca, com bastante propriedade, o seu ponto de vista como exemplo de rejeição a essa política do Partido:

"... enquanto nós pregávamos uma reforma agrária para o trabalhador ser o dono do seu pedaço de terra e não ser expulso das terras ... companheiros que fazia a política de João Goulart, fazia o revisionismo ... pregava uma reforma agrária sem muito objetivo ... quer dizer, a tendência era fazer a propaganda de João Goulart que ia salvar o programa /reformas base/, e começaram a criar o SAMDU, isso era mais do que empreguismo, pois se tinha um trabalho assistencialista..." 51/

Como se vê, o embate entre as diversas forças políticas era constante. Desse modo, enquanto o PC usava desses expedientes para atingir seus objetivos, as outras forças se valiam de medidas semelhantes, fomentando práticas que arregimentassem elementos da cidade que iriam disputar, palmo a

palmo, com os comunistas do PC, o trabalho nas Ligas, expresso nas disputas pela criação de novas Ligas no estado, na realização (muitas vezes conjuntamente) de inúmeros comícios, atos públicos e passeatas, e nas sistemáticas reuniões com líderes camponeses. Enfim, as disputas entre esses mediadores eram uma constante, estavam presentes (sejam em ações conjuntas ou em separado) em todas as suas atividades, impregnando, portanto, nos seus discursos, articulações, propostas e ações diversas. Isso, porém, não significava que essas tendências políticas usassem de má fé para com o movimento camponês. Pelo contrário, havia um engajamento sincero daquilo que consideravam ser interesses do homem do campo (camponeses e assalariados) e enfrentavam juntamente com este último a violência das classes dominantes rurais, representadas aqui na Paraíba pelo denominado Grupo da Várzea. Assim, ousavam realizar comícios e atos públicos cercados de capangas por todos os lados, e muitas vezes sofriam atentados como espancamentos, intimidações, etc. Alguns exemplos dessa natureza registram-se nas cidades de Pilar, Itabaiana, Pedra de Fogo, Alhandra, etc.

"... um camponês perguntou a mim (diz o Sr. Porfírio): "você vão fazer comício aqui (em Pilar) ?" Eu disse: "vamos sim, por que? "Aí ele respondeu: "Você tão é doido porque o Dr. Agnaldo tá com um carro cheio de gente ali, tá com um caminhão na porta pra trazer tudim pra acabar com o comício". Eu disse: "vem nada rapaz, ele num tá doido não". E lá agente fez ... o comício ... e num houve nada não. A agitação era grande, era meio pesada ..." 53/

"... o ex-deputado Assis Lemos (comentou o Sr. José - um dos participantes das Ligas) ... foi fa-

zer um comício (em Itabaiana) ... levou uma surra que baixou no hospital, quase que morre ..." 54/

E comentou o Sr. Luiz (ex-militante do PC):

"... Aquela Liga ali (em Alhandra), as primeiras tentativas de formar, houve as primeiras reuniões que nós fomos ali, foi dissolvido à bala, quer dizer, grupos cercaram ... e nós fomos dispersados, e mudada as reuniões para outros locais só ia quem tinha mesmo convicção do que ... tava fazendo..." 55/

Havia, portanto, muita seriedade no engajamento do movimento. Todavia, o entendimento dos caminhos que deveriam percorrer substancialmente diferenciavam-se, resultando em lutas internas. Assim, o embate político e ideológico era bastante acirrado. Ademais, não podemos nos restringir a perceber esse embate como pura racionalidade uma vez que as paixões, os ciúmes, as angústias, os sentimentos são inseparáveis dos atos humanos e, portanto, de suas ações políticas. Daí merecer considerações um outro aspecto sobre o qual se faz necessário nos determos agora. Isto é, um outro ponto marcante nesses conflitos é que eles não se restringiam apenas ao campo da luta ideológica e política, mas estrapolavam para o embate pessoal, cujo caráter (refiro-me ao caso concreto desses mediadores) comprometia o avanço do movimento como também o enriquecimento da prática política de seus militantes e mesmo a possibilidade de se elaborar em propostas mais amadurecidas. Ou seja, eles utilizavam expedientes mesquinhos, caluniosos, manipuladores (a exemplo da prática do empreguismo incrementado pelo PC), oportunistas, que contribuiriam para o esfacelamen -

to das Ligas, assim como para o não aprofundamento do exercício de uma convivência democrática. Esses elementos perpassariam as práticas e discussões dos militantes dos vários projetos políticos e trariam, como consequências, disputas de caráter infrutífero e estéril.

Objetivemos melhor nossas afirmações.

O Sr. Antônio relatou-nos que, por ser próximo a Julião, constantemente sofria perseguições dos militantes do PC, sempre que estes desejavam expulsá-lo do movimento, "não importando os meios". Assim recorriam desde a um boicote da chave de uma sede, não lhe permitindo que realizasse reunião com os camponeses, até à difamação e à calúnia junto à base das Ligas:

"... tinha uma mulher que era secretária, era quem tomava conta da sede (da Liga de Santa Rita), ela aí era um instrumento do pessoal do revisionismo... fui convidado para fazer /uma/ reunião lá ... chego e a sede está fechada ... aí eu mandei na casa dela um camponês ... /pegar/ a chave ... Ela manda o seguinte recado: Não mando a chave, e só dou a chave ao Dr. Assis Lemos ... mandei o mesmo camponês ir numa casa de ferragens e panhar uma fechadura e ... um pé de cabra ... aí eu mandei arrancar a fechadura, botei uma fechadura nova, fiz a reunião e depois mandei uma cópia da chave para a mulher ... diga a ela (falou a um camponês) que a chave que ela tem tá sem valor, que quando eu mandar buscar a chave ela mande porque evita esses problemas ... Em seguida Assis Lemos foi me procurar ... aí eu tive uma discussão com ele ... e assim era a luta (...) revisionistas fizeram uma reunião no Conde ... convocaram todas as ligas do estado pra fazer uma reunião com o seguinte objetivo: somente me botar pra fora do movimento camponês. Expulsar com uma infinidade de calúnia ... uma série de calúnias sem fundamen -

to..." 56/

Sabendo das acusações (nesta reunião no Conde) que lhe estavam sendo imputadas, o Sr. Antônio comunicou o fato a Julião (este, na qualidade de presidente do Conselho Nacional das Ligas), que, por sua vez, envia-lhe uma carta solicitando uma reunião, em Recife, com a presença de todos os implicados, para esclarecer o caso. E, durante a reunião o Sr. Antônio toma a palavra e esbraveja:

"... comecei a falar, falar mas, ninguém teve condições /de/ ... reafirmar nada ... comecei a falar de um por um: Fulano de tal não tem moral pra falar porque procede assim, assim ... aí dizia tudinho, que eu conhecia eles todos ..." 57/

Gostaríamos de chamar a atenção para um outro aspecto, acerca do qual nos ocuparemos mais profundamente adiante, faz-se necessário tecermos rápidos comentários. No primeiro depoimento do Sr. Antônio notamos a presença muito forte de uma concepção autoritária que este encarna. Assim, a decisão de mudar a fechadura e de insistir em fazer a reunião na sede, pelo seu discurso, não foi uma medida discutida e deliberada pelo grupo e sim iniciativa própria, considerando pois os camponeses como simples elementos passivos. Até a própria reunião mostrou-se como sendo ação exclusivamente sua. Vejamos, portanto, as passagens mais significativas:

"... eu mandei na casa dela um camponês ...

mandei o mesmo camponês ir numa casa de ferragens ...

... eu mandei arrancar a fechadura, botei uma fechadura nova (não ele mas, os camponeses), fiz a reunião (não seria fizemos?) e depois mandei uma cópia da chave para a mulher..." (grifos nos sos).58/

Essas passagens não são frases isoladas, ao contrário, representam uma postura marcante em todo o seu discuso. Ademais a insistência por parte do Sr. Antônio em realizar a reunião na sede, mesmo que para isso fosse preciso arrancar a fechadura, possui um significado simbólico que merece algumas reflexões.

Aqui se evidencia com muita clareza a disputa entre ele e Assis Lemos, pelo domínio da sede, que representava o espaço onde o poder se exercia e, uma vez ocupando esse espaço, ele deslocava, a seu favor, o pólo de dominação nesta relação de poder. Essa luta estrapola o conflito de projetos entendidos como globalidade, considerando a concepção de que as relações de poder se manifestam em todos os níveis da vida social. Há uma verdadeira teia dessas relações no seio da sociedade, que vai desde as disputas pessoais até os grandes projetos políticos, todos visando o exercício da dominação. E a reafirmação dessa conquista expressa-se nesta frase:

"... fiz a reunião e depois mandei uma cópia da chave para a mulher ... 'diga a ela que a chave que ela tem tá sem valor, que quando eu mandar buscar a chave ela mande porque evitam esses problemas..." (grifos nossos). 59/

A posteriori trataremos com maior afinco essas questões. Voltemos pois, à discussão anterior.

O Sr. Antônio reclama de ser injustiçado pelos comunistas (do PCB), porém, em contradição com seu discurso utiliza-se do mesmo expediente para suprimir outros mediadores, aproveitando-se inclusive do poder que detinha, através do cargo como Secretário Geral das Ligas da Paraíba (Federação). Portanto,

"... depois que agente descobriu /"que o Bartolomeu era trotskista, lutava pela hegemonia e procurava ..."/ minar aquele movimento ... aí transferimos ele para Natal, pra o mesmo movimento, pra dá assistência às ligas ... eu tomei essa decisão enquanto secretário e mesmo eu era também do Conselho Nacional das Ligas ..." 60/

Por sua vez o Bartolomeu havia tecido comentários desta mesma natureza junto aos camponeses em relação ao Sr. Antônio, o que seria o estopim para sua transferência.

Um outro exemplo de conflito semelhante ocorreu numa das reuniões da Federação das Ligas,^{61/} entre o Sr. Antônio e os militantes do PC. Esse conflito deu-se mesmo a partir do próprio processo de convocação da reunião, que teve caráter excludente, isto é, segundo o Sr. Antônio a pretensão dos convocadores seria realizar uma reunião apenas com o pessoal ligado ao Partido Comunista e com os camponeses que a eles estivessem ligados. Resultando assim, em grandes tumultos e impasses.

"... Assis Lemos, eu disse ... faz bem dois meses que eu cheguei /e/ ninguém /da Federação se reuniu mais. Ele disse assim: "não, tá convocada uma reunião ... Ele era meio ingênuo (segundo o Sr. Antônio, a orientação do Partido era não comunicar a data da reunião para outras forças políticas) ... aí eu chego, caio em campo, mobilizei

todas as bases das ligas ... oito dias tava em cima! Mobilizei o pessoal, convoquei o pessoal todinho pra Federação. Aí foi uma surpresa ... Ele (Ari, membro do PC) tinha convocado mas, foi /do/ Partido. A base política do Partido convocou o negócio, enchi a casa, tinha mais de 300 pessoas (...) Nessa altura a Federação ainda não tinha nem estatuto (...) Aí eu disse: vamos começar essa reunião. E o pessoal sem querer, sem saber como começar a reunião ... eles convocaram o Partido ... eu convoquei as bases todinha. Ele convocou o partido ... para fazer uma prestação de contas à João Goulart ... Aí eu disse: pode organizar essa reunião outro dia, que tem o proposta tal, aí mandei botar na ordem do dia a proposta que era para estudar o esboço do estatuto, criar uma comissão para estudar o estatuto da Federação. Aí quando eu comecei a falar, João Santa Cruz ... pediu a palavra e disse: 'eu discordo da proposta (do Sr. Antônio) ... porque o /Sr. Antônio/ ... não pode fazer uma proposta dessas porque ele foi expulso do Partido da classe operária'... Aí eu disse: 'eu me sinto muito à vontade, e tenho orgulho de ter sido expulso de um partido que tem elemento dessa natureza'... A reunião terminou em tumulto e nem aconteceu porque o pessoal não deixou, aquela confusão danada. Eu convoquei as bases, então entrei com hegemonia total no negócio /pois/ só tinha a cúpula do Partido lá". 62/

Esse discurso demonstra, com muita evidência, mais uma vez, o caráter das disputas, as quais apresentam-se plenas de paixões, invejas, ciúmes, manipulações, negando, portanto, a existência da política como prática puramente racional, despidas de todas as paixões e sentimentos. Ademais essa face-ta das disputas chega a secundarizar as ações que contribuiriam para um maior fortalecimento do movimento. Algumas passagens da citação expressam bem essa afirmativa, quando o Sr. Antônio conclui seu discurso, ressaltando a impossibilidade de realização da reunião pelo impasse criado com o agravamento des

ses conflitos. Portanto o que elucida em sua falação como mais importante não seria a garantia de realização da reunião (o que também seria muito importante) mas, a luta para vencer o outro grupo e a reafirmação de seu poder como liderança, mesmo que viesse a anular aquele encontro. O último trecho do discurso demonstra bem essa ressalva:

"... Eu convoquei as bases, então entrei com hegemonia total no negócio /pois/, só tinha a cúpula do Partido lá". 63/

Se fôssemos nos deter em todos os exemplos referentes a essa problemática, colhidos das entrevistas concedidas, decerto teríamos uma riqueza de material, mas não poderíamos fazer uma análise exaustiva. Porém estes trechos que assinalamos já apontam pistas elucidativas de um aspecto das relações entre as diversas correntes políticas (mediadoras) presentes às Ligas. Dito de outra maneira, esses expedientes faziam parte da prática e do discurso dos mediadores junto às Ligas Camponesas, e significavam também um dos fatores responsáveis pela desagregação desse movimento.

Esses elementos inerentes às relações aí travadas, seriam fundamentalmente determinadas pelo despreparo das organizações de esquerda (PCB, DISSIDENTES, TROTSKISTAS, "JULIANISTAS", etc.) para o exercício de uma convivência democrática, herdados tanto da nossa formação social extremamente autoritária, quanto pela influência dos métodos de atuação política stalinistas, tão sobressalentes em nossa esquerda marxista

ta. O que não significa dizer que tais elementos possam ser totalmente suprimidos pois, os homens não são só racionalidades, residem neles e entre eles também irracionalidades, sentimentos ... que podem ser redimensionados, adquirindo feições amadurecidas.

2. O HOMEM SABIDO E O CAMPONÊS INESPERIENTE: RELAÇÃO ENTRE OS MEDIADORES E A BASE DO MOVIMENTO.

Após termos tecido considerações sobre o caráter das disputas entre os mediadores nas Ligas, ressaltando pois, os seus principais elementos constitutivos, faz-se necessário, agora, discutirmos a relação entre esses mediadores e a base do movimento, os próprios camponeses, completando assim a análise do caráter da mediação nas Ligas Camponesas paraibanas.

Como já afirmamos, essa relação não se deu de forma tranqüila e harmônica, ao contrário, caracterizou-se por uma maneira controvertida e conflituosa de se realizar. E isso não sem razão.

Destacaremos, então, alguns fatores que nos parecem determinantes para essa nossa compreensão. Primeiro, independentemente de suas posições políticas (sejam militantes do PC, "Julianistas", trotskista ou Dissidentes-PCB) os mediadores "externos" tinham uma concepção vanguardista do processo de transformação social, o que significava dizer que todo mo-

isto que o autor

vimento, para fazer realizarem-se seus objetivos, necessita -
 va de uma vanguarda, composta de pessoas que hipotéticamen -
 te detinham "O CONHECIMENTO", dominavam as supostas "leis" do
 processo histórico e, portanto, seriam as únicas capazes em
 dar direção ao movimento. Segundo, possuíam (tais mediadores)
 uma visão negativa do camponês: de um lado por achá-lo de men-
 talidade individualista e, portanto, inseqüente na luta; de
 outro, por acreditar que ele (o camponês) estaria mergulhado
 num estado de completa alienação, não sabendo fazer propostas,
 apenas sentindo a exploração que o rodeava, sem entender suas
 razões. Terceiro, como desdobramento dessas posturas acima ci-
 tadas, os mediadores agiam e pensavam de maneira autoritá -
 ria (como já tivemos oportunidade de ressaltar no início desse
 capítulo) chegando mesmo a declarar que não estavam ali para
 aprender e sim para ensinar, para libertar o camponês do esta-
 do de inconsciência. E quarto: concebiam suas teorias, seus pro
jetos de forma dogmática, a referência de sua prática era me-
 nos o movimento camponês e mais os pressupostos teóricos do
 marxismo (vistos não como expectativas e sim como regras) e os
 fatores externos, tais como: a revolução cubana para os "julia
nistas", e o XX Congresso do PCUS, para os comunistas do PC.

Vejamos alguns exemplos ilustrativos de nossas a-
 firmações:

O Sr. Luiz - PCB:

"... a atuação de João Pedro ... era a de como po-
 de ser qualquer camponês. Quer dizer, inexperien-

te (...) as resoluções sempre eram de cima, que os camponeses não tinham condições de elaborar nada, pensar em nada, criar nada ... tudo vinha do centro, do núcleo, que planejava as ações e encaminhava pra lá (às Ligas) ... tudo era nessa base (...) o camponês ... toda vida ... foi individualista ... o operário nunca pensa em ser dono da fábrica, mas o camponês pensa em ser dono da terra..." 64/

O Sr. Antônio - "Julianista":

"... mas pra fazer um negócio de sociedade, camponês é difícil de aceitar isso (a cooperação).. Porque o camponês é individualista, e quando ele conquista um pouco da coisa, ele até nem quer tomar parte ... de outra coisa, ele é muito bom quando tá sem nada (...) eu tava ... com minha idéia certa, quer dizer, ensinar os camponeses fazer uma reforma agrária correta ... (grifo nosso)". 65/

H 20
mas modelos

← Demonstramos, entretanto, que tais concepções eram equivocadas, daí o nosso resgate do "projeto" camponês, os seus anseios e propostas pois, não concebemos que "... o 'ser' está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a 'consciência (como idealidade abstrata) está alí ..." 66/ Todavia não comungamos da idéia de que essas mediações em nada contribuíram, que só o pensamento camponês era o mais acertado e o mais legítimo; preferimos entender que a experiência,^{67/} que os camponeses portavam era "... válida e efetiva, mas dentro de determinados limites ..." 68/ isto é, eles conheciam o "seu mundo", as relações que os rodeavam, tinham consciência da exploração praticada pelo proprietário da terra, etc., porém continuavam mistificados com relação aos problemas nacionais, quer dizer,

era que o moten
e no lito?

detinham um conhecimento específico, enquanto os mediadores de
tinham um conhecimento geral, cosmopolita. Estes últimos, po-
rém, não conheciam tão bem o cotidiano e as relações sociais
no campo, quanto o próprio camponês.

Não podemos concordar com a visão que era compar-
tilhada por esses mediadores em afirmar o caráter individua-
lista do camponês (nordestino) pois a prática dos mutirões ('ad-
junta') para fazer roças, tão constantes nas Ligas Campone-
sas, não foram um expediente nascido com aquele movimento: já
fazia parte da cultura camponesa. Com o advento das Ligas, so-
freram alterações, constituindo-se assim numa medida ofensiva
para garanti-lo na terra (como já tivemos oportunidade de nos
reportar, ao tratarmos do "projeto" camponês). Assim:

"... eu me lembro (comentou um ex-camponês) que
... quando garoto ... os vizinhos faziam traba-
lho coletivo do seguinte: quando o vizinho fazia
uma colheita, aí juntava aqueles vizinhos todinho
e fazer com aquele companheiro o trabalho de muti-
rão e ... fazia assim um trabalho sem receber na-
da para ajudar o companheiro tanto na plantagem co-
mo na colheita e tudo, sendo que de um modo ge-
ral, quando a casa era mais longe um pouco...
aí aquele cara dono da lavoura, fazia o almoço, as
refeições e tal pra comer todo mundo ali ... e
disso aí eu pelo menos participei..." 69/

E se reportando à prática de mutirão nas Ligas o
Sr. Manuel afirmava:

/Quando/ "... nós saía pro roçado limpá roçado, da
queles camponeses agente sabia que ... aquilo ali
era pra nós, era pros camponeses, aquilo ali num
tinha esse negócio de tá escondendo (os produtos
da roça) não, porque qualquer hora que precisar, a
quilo era uma irmandade. Quer dizer que era uma

coisa boa, não é? Qualquer hora que o nego precisar de qualquer coisa, nós ía, ninguém ía pedir, só era dizer: '-Fulano tem ...? E ele: 'Tenho'. E aí nós levava. Aquilo alí o que tivesse era pra todos ... aquilo alí era uma comunidade ..." 70/

As Ligas Camponesas não podem ser vistas como apenas expressão dos projetos dos mediadores "externos" ou do "projeto" camponês, mas como um momento de grande mobilização de protesto popular, cuja base era composta pelo campesinato, com variadas formas de mediações. Desse modo, preferimos concebê-las como um movimento camponês com um intrincado complexo de relações em que se manifesta um tipo de ideologia popular, que, por sua vez, é entendida:

estado de onde?

"... não como ... uma questão apenas interna e propriedade exclusiva de uma classe ou grupo ... /isto é,/ como "consciência de classe" ... /todavia/ ... com mais frequência enquanto, uma mistura, uma fusão de dois elementos dos quais apenas um é propriedade peculiar das classes "populares" (aqui no caso, referimo-nos ao campesinato), sendo o outro imposto de cima por um processo de transmissão e adoção de fora. Destes, o primeiro é o que Rudé chama de elemento "inerente", tradicional, baseado na experiência direta, na tradição oral, na memória folclórica ... o segundo elemento é o repertório de idéias e crenças "derivadas" ou tomada de empréstimo a outros, que, com frequência adquire a forma de um sistema mais estruturado de idéias, políticas ou religiosas ... é importante observar duas coisas: não existe uma tábua rasa (grifo nosso) no lugar da mente, onde se possam inscrever novas idéias e onde não houvesse idéias antes ... também não existe qualquer coisa como uma progressão automática das idéias "simples" para as mais sofisticadas ... mas é igualmente importante compreender ... que não há nenhuma muralha da babilônia dividindo os dois tipos de ideologia, de modo que se pode descrever simplesmente a segunda como sendo "superior" ou de mais alto nível do que a primeira ..." 71/

Ambos (camponeses e mediadores) detinham conhecimentos diferenciados. E isso não foi percebido pelos mediadores "externos". O tipo de mediador que esteve mais sensível a essa questão (demonstrada na prática) foram os mediadores camponeses. Refiro-me precisamente a João Pedro e Elizabete Teixeira, na Paraíba. Pois os mediadores "externos" tinham como referência não o movimento camponês, com suas propostas e anseios, mas os seus projetos pré-estabelecidos. O PC tinha a revolução democrático-burguesa como projeto a alcançar e as outras forças ("julianistas", dissidentes-PCB, trotskistas, etc.) seguiam projetos baseados no exemplo da revolução cubana. Desse modo, para uns, o movimento camponês era entendido como força motriz do processo revolucionário, aliados ao operariado e demais setores democráticos populares urbanos, para outros os camponeses eram vistos como simples aliados do operariado, para a realização da revolução democrático-burguesa.

Todavia esses projetos não eram totalmente estranhos ao campesinato, pois, haviam elementos do "projeto" camponês presentes nestes outros projetos, como por exemplo a luta pela extinção da sujeição, do cambão, do barracão, a condenação e a denúncia às violências praticadas pelos latifundiários, etc. E isso fez com que esses projetos tivessem uma certa inserção no movimento.

projeto camponês x outros projetos?

Quanto aos mediadores camponeses, a referência de sua prática, era o próprio movimento das Ligas, com toda a sua dimensão cultural (as concepções camponesas aí encarnadas: de justiça, de propriedade, etc.), e onde se valiam dos elementos "derivados" como "complemento", como conhecimento que iria melhor estruturar o movimento, romper com seus limites, sensibilizar a base para questões que estariam relacionados de forma direta e/ou indireta com os seus problemas, isto é, a própria problemática nacional, a exploração vivida por todos os trabalhadores do país, etc.

Pode parecer contraditório o afirmarmos ao mesmo tempo que os projetos dos mediadores "externos" eram bem diferenciados do "projeto" camponês (apesar de alguns pontos comuns) e que as Ligas eram o resultado dos elementos inerentes e "derivados" enquanto uma unidade. Parece-nos necessário tecermos considerações a esse respeito. O que está posto para nós é a discussão sobre até que ponto houve a assimilação de elementos inerentes ou "derivados" por ambas as partes.

Como já frisamos antes, aqueles quatro fatores que caracterizavam a postura dos mediadores "externos" se constituíam um empecilho à integração entre estes e a base do movimento, porém não nos parecem que tais fatores por si bastassem. Outros elementos contribuíram também para reforçar essa

tendência. O próprio fato de os camponeses serem analfabetos "bloqueava" um dos principais meios de transmissão e assimilação dos elementos "derivados". Todavia foram parcialmente desbloqueados pela transmissão oral, através dos comícios, passeatas, atos públicos, discussões, etc., apesar destas ações partirem mais da prática do convencimento das propostas do que da criação conjunta com a base. Isso se refletia no comportamento do camponês em não perceber que aquelas propostas verbalizadas pelos mediadores "externos" eram também suas, eles não se sentiam criadores de muitas destas propostas, ao contrário do que ocorria quando se reuniam na sede das Ligas ou ao ar livre, juntamente com os líderes camponeses, para encaminhar ações do tipo mutirão para fazer roçados, construir as casas dos companheiros, etc., ou mesmo para a avaliação do movimento durante a semana ou o mês. Eis um trecho de entrevista que pode nos elucidar a esse respeito:

"P. Como é que se dava a preparação da eleição de diretoria?

R. ... primeiro vem os homens mais intelectuais, mais sabido, que planeja o tipo de campanha, como vai ser a campanha, como vai ser dirigida, como vai ser propagandeada a campanha... e depois de planejar ... o pessoal que vai trabalhar na própria campanha bota em prática aquilo que foi criado, e foi aceito por todos. É como era fabricado a campanha..."72/

"... - Vamo fazê uma adjunta hoje, nós ía, nê? Se ajuntava um montão de home, cinquenta, cem, e ía numa propriedade fazê um roçado de um (...). Todo domingo, reunião, cinquenta a sessenta home, conversando os problemas de roçado. Nos sá-

bado ou domingo, discuti só problema de traba -
lho, de roçado, de terra pra fazê roçado aonde
era que tinha uma propriedade boa pra gente fazê
um roçado..." 73/

Outro empecilho à assimilação dos elementos "deri-
vados" por parte dos camponeses é que estes não gozavam de uma
certa mobilidade do espaço, isto é, a sua grande maioria esta-
va proibida, pelo patrão, de sair para outros lugares. Só sen-
do permitido nos dias de feira na cidade mais próxima, conde -
nando o camponês, portanto, ao isolamento, ao distanciamen -
to de outros setores sociais.

"P. ... o sr. não pagava a mensalidade da Liga de
Sapé?

R. ... agente não tinha o direito de sair daqui
pra lá não ... (Camponês 1).

R. ... só quem tinha folga de sair pra Sapé, es-
cutar isso (a reunião) era eu. (Camponês 2).

R. ... eu saía domingo ou sábado pra lá. Eu ia
pra feira e de lá ia pra lá. (Cidade vizinha
- Sapé).

P. O sr. também fazia isso? (referindo-se ao Cam-
ponês 1).

R. Fazia nada. Porque se algum (proprietário, ge-
rente ou vigia) soubesse que nós empregado
que nós tinha (a carteira de sócio das Li-
gas), nós apanhava e saía no pau, sem direito
a nada..." 74/

Já os mediadores camponeses (especificamente João
Pedro e Elizabete Teixeira) conseguiram romper com esses empe-
cilhos, o que significava maior assimilação desses elementos
"derivados".

"... em 1945 chegamos em Recife (diz Elizabete re-
ferindo-se à sua chegada com João Pedro na capi -

tal de Pernambuco). João Pedro deixando a Paraíba ... chegando em Recife ele ... no início ele como era analfabeto, ele procurou aprender a lê comprando caderno, cartilha ... e a noite chegando do trabalho ele procurou a estudar. Quando João Pedro desenvolveu, já lia, ele comprou a Bíblia Sagrada e começou a lê ... chegou até ser protestante ... Lendo muito a bíblia João Pedro desenvolveu, que chegou a tomar conhecimento um pouco da política. E quando ele foi tomando conhecimento da política, ele afastou-se da Igreja e filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro. A partir daí os amigos de João Pedro do PC vinha a nossa casa e reunia com João Pedro às vezes até a hora da manhã (...) ele chegou a reunir-se aos companheiros operários da classe da pedra, onde justamente ele trabalhava, e fundou o sindicato da classe dele, porque eles não eram sindicalizados. Ele fundou ... as primeiras reuniões foi em nossa casa ..." 75/

Chegando de Recife para morar em Sapé, João Pedro e Elizabete, (re)começaram a trabalhar na enxada, no ano de 1954.

Entretanto, essa assimilação do elemento "derivado" (através de tal experiência) não se deu de forma pura mas, pelo filtro de sua cultura, de seus valores, referências, tradições, etc.

"P. ... Reforma Agrária na marra seria fazer rogado?

R. Era, aí agente ia fazer na marra, porque na lei foi engavetada e num saiu..." 76/

A conclusão a que podemos chegar é que realmente houve troca de elementos das "duas" culturas (do camponês e dos mediadores "externos"), porém, as forças de esquerda, dado a maneira impositiva e negativa - autoritária - de relacionar-se com o camponês - e de também pensar o camponês - rejeita -

ram muito dos elementos da cultura camponesa, resultando por
tanto num desgaste dessa relação.

Por último, gostaria de ressaltar a importância dessas mediações, apesar das controvérsias. Assim alguns pontos positivos podemos evidenciar: tal intervenção ajudou a quebrar o caráter corporativista do movimento camponês na medida em que houve uma aproximação de setores urbanos ao campo como a "ocupação" pelo camponês dos espaços urbanos, seja em passeatas, comícios, reportagens em jornais, televisão, etc; contribuiu para evidenciar a questão do campesinato (situação sócio-econômica e, enquanto agente político, sua exclusão) na sociedade brasileira, encaminhando assim propostas pela criação de um movimento nacional, embora ressaltemos que a forma de sua concretização implicou num distanciamento entre a base e os mediadores, aguçando suas controvérsias. E, finalmente, tais mediadores contribuíram também para a resistência à violência dos proprietários, como no empenho pela criação de novas Ligas.

*Vanguarda -> o problema
 não é a sua existência, 22.0.
 auto, mas a falta dela nel.
 "accident" o conteúdo do processo.*

CONCLUSÃO

A guisa de conclusão, gostaríamos de evidenciar a importância do entendimento sobre o caráter da mediação nas Ligas Camponesas, uma vez que não podemos conceber esse movimento como uma unidade homogênea, onde se manifestaria uma mediação monolítica ou mesmo que estivesse em permanente sintonia com as aspirações dos camponeses. Ao contrário, compreendemos que essa questão encerra muita complexidade, pois tanto na relação entre os mediadores quanto entre estes e os camponeses, constatamos a presença de variados interesses em conflitos, resultando, portanto, em protestos diferentes. Daí termos resgatado, no primeiro capítulo, os principais projetos existentes nas Ligas, percebendo sua historicidade e, desse modo, estando sensível a vê-los em processo de formação, e, no embate entre eles, as alterações ocorridas, tanto no sentido de as

simulação de alguns elementos do outro projeto quanto de sua refeição. Assim constatamos quatro principais projetos existentes nas Ligas Camponesas: o "projeto" camponês, o projeto do PCB, o projeto dos Dissidentes-PCB e o projeto dos "julianistas".

Em seguida nos debruçamos ao exame da materialização desses projetos nas Ligas paraibanas, e verificamos primeiramente que dois principais projetos se destacaram, o do PC e o dos "julianistas". Nesse segundo capítulo analisamos duas questões: a relação entre as forças mediadoras presentes às Ligas e a relação entre essas forças políticas e os camponeses, os quais constituíam-se por sua vez na base desse movimento. Aqui chamamos a atenção para o caráter das disputas, e evidenciamos que para o entendimento dessa problemática teríamos que levar em consideração os aspectos irracionais da ação dos homens: suas paixões, seus sentimentos e etc.

Ressaltamos também, como consideração final, a relação entre os mediadores e a base das Ligas, chamando a atenção para a complexidade do assunto, pois não poderíamos cair na mera concepção mecanicista e simplista de que são os mediadores, os agentes "externos" que detinham a verdade, o conhecimento e, desse modo, as respostas para a solução dos problemas que envolviam os camponeses. Assim também não podemos pensar que os camponeses tinham essa verdade, que ali residia a fonte mais legítima de onde sairiam todas as respos-

tas para seus problemas. Ambos tinham limitações, conhecimentos diferentes, verdades relativas, experiências variadas, concepções que prejudicavam sua luta, enfim homens determinados historicamente, influenciados pela "cultura" dominante e, portanto, portadores de ações e discursos contraditórios e limitados.

Acredito, enfim, que o presente estudo conseguiu pôr em evidência um aspecto das Ligas Camponesas que estava sendo menosprezado pela bibliografia existente: o caráter da mediação.

N O T A S

01. Refiro-me aos Partidos Políticos e às Organizações de Esquerda presentes às Ligas.
02. Refiro-me aos militantes de Organizações e Partidos de Esquerda não camponeses, que tiveram participação nas Ligas.
03. Utilizamos o termo "Bloco Industrial-Agrário" no mesmo sentido usado por AZEVEDO, F. Antonio in: As Ligas Camponesas: 19 a 28 pp.
04. AZEVEDO, F. Antonio. As Ligas Camponesas. Ed. Paz e Terra, pág. 41.
05. BASTOS, E. Rugai. As Ligas Camponesas. Ed. Vozes, p. 33.
06. Aqui utilizo essa expressão com o mesmo sentido utilizado por BASTOS, op. cit.
07. Entrevista com o Sr. Manoel Constâncio. Areia-PB. Em

29/10/88.

08. BASTOS, E. Rugai. Op. Cit. Pág. 36.
09. Entrevista com o Sr. Honório. João Pessoa-PB. Em setembro de 1988.
10. Entrevista com o Sr. Manoel Constâncio. Areia-PB. Em 29/10/88.
11. Entrevista com o Sr. Manoel Constâncio. Areia-PB. Em 29/10/88.
12. BASTOS, E. Rugai. Op. Cit. Pág. 38.
13. Entrevista com o Sr. J. Antônio. Areia-PB. Em 28/10/88.
14. Refiro-me aos elementos portados pelos agentes de esquerda e democráticos urbanos, que se inseriram nas Ligas.
15. Entrevista com o Sr. Turino. Cruz do E. Santo. Em 09/05/89.
16. Entrevista com o Sr. Elias. Alhandra-PB. Em 31/05/89.
17. Entrevista com o Sr. José Alves. Areia-PB. Em 28/10/88.
18. Entrevista com o Sr. Nilton. Marí-PB. Em 07/04/89.
19. Entrevista com o Sr. Nilton. Marí-PB. Em 07/04/89.
20. HEREDIA, Beatriz M. A. de. "A Morada da Vida". Ed. Paz e Terra. Pág. 9.
21. Cf. RANGEL, M. Socorro. "Medo da Morte; Esperan -

ça de Vida: Como nascem as Ligas no imaginário campo
nês" (Monografia). Pág. 40.

22. Ibid. Pág. 39.
23. AUED, Bernadete W. in: A Vitória dos Vencidos. Ed. da UFSC. 1986. Pág. 20.
24. Ibid. Pág. 20.
25. Cf. LÊNIN, V.I. Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo, citado por AUED, B.W. A Vitória dos Vencidos. Pág. 20.
26. Em 1932 o PC, através do seu comitê central aprova-
ria uma resolução onde constaria o caráter da revolu-
ção brasileira, inspirada tanto pelas teses de Otá-
vio Brandão quanto pelas resoluções do VI Congresso
da Internacional Comunista - Realizado em 1928 - e
um documento intitulado "Projeto de Teses sobre o Mo-
vimento Revolucionário", da aliança libertadora - de
1930. Destacamos, com isso, o grau de dogmatismo co-
mo prática política do PC, pelo fato de adotar, sem
a crítica merecida, as resoluções de caráter interna-
cional em sintonia com teses (expressas por BRANDÃO)
inspiradas pelo dogmatismo teórico e, portanto, equi-
vocadas, mediante o concreto real: A Sociedade Brasi-
leira. Cf. AUED, op. cit., p. 61.
27. Ibid. Pág. 61.
28. A crítica a essa visão dualista é constatada numa
vasta historiografia pertinente. Consultar: PRADO
JR. in: A Revolução Brasileira. São Paulo. Brasiliên-
se.
29. Cf. AUED, B.W. A Vitória dos Vencidos. Pág. 24.

30. AZEVEDO, F. Antonio. As Ligas Camponesas, 1982. Pág. 65.
31. GORENDER, Jacob. In: Estudos Sociais. O V Congresso dos Comunistas Brasileiros. Citado por CARONE, Edgar in: Corpo e Alma do Brasil - O PCB - 1943 a 1964. Ed. Difel. Pp. 131 e 132.
32. GORENDER, Jacob. Op. Cit. Pág. 228 e 229.
33. GORENDER, Jacob. Op. Cit. Pág. 233 e 234.
34. AZEVEDO, F. Antonio. Op. Cit. Pág. 86.
35. Assim se denominava as reformas contidas no Programa de Governo de João Goulart, dentre as quais destacavam-se: moralização do Estado com reforma administrativa, reforma urbana, reforma agrária, etc.
36. AUED, B. W. Op. Cit. Pág. 36.
37. AUED, B. W. Op. Cit. Pág. 69.
38. BASTOS, Op. Cit. Pág. 89 e 90.
39. BASTOS, Op. Cit. Pág. 27.
40. Com isso não quero dizer que esses "seguidores" fossem meros receptáculos das idéias de F. Julião, havia discussões e troca de experiências, contudo este último continuaria sendo o principal mentor dessa tendência.
41. Cf. BASTOS, Op. Cit. Pág. 84.
42. AZEVEDO, Op. Cit. Cf. Anexo II, As "Teses para Debater" de 12/06/63, apresentado pelo Consc. Nac. das Ligas. Pág. 135 ss.

43. AZEVEDO, F. Antonio. Op. Cit. Pág. 102.
44. Cf. Anexo I. BASTOS, Op. Cit. Pág. 121/122.
45. AZEVEDO, F. Antonio. Op. Cit. Pág. 102.
46. Cf. Anexo I. BASTOS, Op. Cit. Pág. 121.
47. AZEVEDO, F. Antônio. Op. Cit. Pág. 94.
48. Entrevista com o Sr. Paulino. Areia-PB. Em 28/10/88.
49. Chacina ocorrida com os camponeses, feita por capangas e policiais em 15 de novembro de 1964.
50. Entrevista com o Sr. Porfírio. João Pessoa-PB. Em 29/05/89.
51. Entrevista com o Sr. Antônio. João Pessoa-PB. Em 13/05/89.
52. O usineiro Agnaldo Veloso Borges é o chefe do Grupo da Várzea.
53. Entrevista com o Sr. Porfírio. João Pessoa-PB. Em 29/05/89.
54. Entrevista com o Sr. José. João Pessoa-PB. Em 04/03/89.
55. Entrevista com o Sr. Luiz. João Pessoa-PB. Em 12/05/89.
56. Entrevista com o Sr. Antônio. João Pessoa-PB. Em 13/05/89.
57. Entrevista com o Sr. Antônio. João Pessoa-PB. Em 13/05/89.

58. Entrevista com o Sr. Antônio. João Pessoa-PB. Em
13/05/89.
59. Entrevista com o Sr. Antônio. João Pessoa-PB. Em
13/05/89.
60. Entrevista com o Sr. Antônio. João Pessoa-PB. Em
13/05/89.
61. Direção Estadual das Ligas Camponesas.
62. Entrevista com o Sr. Antônio. João Pessoa-PB. Em
13/05/89.
63. Entrevista com o Sr. Antônio. João Pessoa-PB. Em
13/05/89.
64. Entrevista com o Sr. Luiz. João Pessoa-PB. Em
12/05/89.
65. Entrevista com o Sr. Antônio. João Pessoa-PB. Em
13/05/89.
66. THOMPSON, E.P. A Miséria da Teoria. Pág. 17.
67. Entendida como Categoria Thompsiana. Cf. THOMPSON, E.
P. Op. Cit. Pp. 16 a 18 e 34.
68. THOMPSON, E.P. Op. Cit. Pág. 16.
69. Entrevista com o Sr. Joaquim. João Pessoa-PB. Em
09/05/89.
70. Entrevista com o Sr. Manuel. Conde-PB. Em 05/05/89.
71. RUDÉ, George. Ideologia e Protesto Popular. Zahar.
Pág. 25.
72. Entrevista com o Sr. José. Conde-PB. Em 04/05/89.

73. Entrevista com o Sr. Nilton. Marí-PB. Em 07/04/89.
74. Entrevista com o Sr. Turino e Antônio. Cruz do E. San
to-PB. Em 09/05/89.
75. Entrevista com a Sr.^a Elizabete Teixeira. João Pes -
soa-PB. Em 27/04/89.
76. Entrevista com o Sr. João. Sapé-PB. Em 02/05/89.

B I B L I O G R A F I A

- LIVROS.

01. ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste, 5ª edição, São Paulo-SF, Atlas, 1986.
02. AUED, Bernadete W. A Vitória dos Vencidos (Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas. 1955/1964) . Florianópolis-SC, Editora da UFSC, 1986.
03. AZEVEDO, Fernando Antonio. As Ligas Camponesas, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982.
04. BARBOSA, João Batista. Santa Cruz e o Jornal do Povo (Uma Contribuição à História das Lutas Sociais na Paraíba), João Pessoa, Gráfica Santa Marta, 1985.
05. BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas, Petrópolis - RJ, Editora Vozes, 1984.

06. BENEVIDES, César. Camponeses em Marcha. Rio de Janeiro-RJ, Paz e Terra, 1985.
07. BIRMINGHAM, Organizado pelo Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de - Da Ideologia (Althusser, Gramsci, Lukács e Poulantzas), 2ª edição, Rio de Janeiro-RJ, Zahar Editores, 1983.
08. CARONE, Edgard. A Quarta República (1949/1964), Col. Corpo e Alma do Brasil, São Paulo-SP. Difel, 1980.
09. _____. A República Liberal (I Instituições e Classes Sociais - 1945/1964). Col. Corpo e Alma do Brasil, São Paulo-SP, Difel, 1985.
10. _____. O PCB (1943 a 1964), Col. Corpo e Alma do Brasil, vol. 2, São Paulo-SP, Difel, 1982.
11. CAVALCANTI, Paulo. A Luta Clandestina (O Caso Eu Conto como o Caso foi), Vol. 4, Recife-PE, Editora Guararapes, 1985.
12. CORADINI, Luiz Odacir e ANTOINETTE, Frederico. Agricultura, Cooperativas e Multinacionais (Produtores, Cooperativismo Empresarial e Multinacionais: O Caso do Trigo e da Soja. A "Babá" dos Brasileiros: Uma Multinacional no setor Leiteiro), Col. Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro-RJ, Zahar Editores, 1981.
13. D'INCAO, Ma. Conceição. O Bóia-Fria (Acumulação e Miséria), 9ª Edição, Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 1983.

14. FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Organização de Roberto Machado, 4ª Edição, Rio de Janeiro-RJ. Graal, 1984.
15. GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História, 5ª Edição, Rio de Janeiro-RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1984.
16. _____. Os Intelectuais e a Organização da Cultura, 6ª Edição, Rio de Janeiro-RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1988.
17. GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo, Petrópolis, Ed. Vozes, FASE, 1987.
18. HEREDIA, Beatriz Ma. A. de. A Morada da Vida (Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil), Rio de Janeiro-RJ. Paz e Terra, 1979.
19. HOLLOWAY, Thomas H. Imigrantes para o Café (Café e Sociedade em São Paulo, 1886/1934). Rio de Janeiro-RJ, Paz e Terra, 1984.
20. IANNI, Octávio. A Luta pela Terra. 3ª Edição, Petrópolis-RJ. Vozes, 1981.
21. _____. Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia, Petrópolis-RJ, Vozes, 1979.
22. JULIÃO, Francisco. Até Quarta, Isabela (Carta-Testamento), Petrópolis-RJ, Vozes, 1986.

23. JULIÃO, Francisco. Que são Ligas Camponesas?
24. KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. 3ª Edição, São Paulo-SP, Proposta Editorial, 1980.
25. LINHARES, Ma. Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História da Agricultura Brasileira (Combates e Controvérsias), São Paulo-SP, Ed. Brasiliense. 1981.
26. LOPES, Juarez R. Brandão. Do Latifúndio à Empresa (Unidade e Diversidade do Capitalismo no Campo), Petrópolis-RJ, Ed. Vozes em Coedição com CEBRAP, 1981.
27. MARTINS, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1984.
28. _____. O Cativo da Terra, 3ª Edição, São Paulo-SP, Hucitec, 1986.
29. _____. Os Camponeses e a Política no Brasil, 2ª edição, Petrópolis-RJ, Vozes, 1983.
30. MORAIS, Clodomir Santos de. Las Ligas Campesinas de Brasil. (Xerox).
31. PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico, Rio de Janeiro-RJ, Ed. Paz e Terra, 1983.
32. RUDÉ, George. Ideologia e Protesto Popular.
33. SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os Direitos (Estudo sobre Trabalhadores da Cana-de-Açúcar de Pernambuco), São Paulo-SP, Livraria Duas Cidades, 1979.

34. SILVA, Antônio Ozai da. História das Tendências no Brasil (Origens, Cisões e Propostas), 2ª Edição, São Paulo-SP, DAG Gráfica e Editorial.
35. SOARES, Luiz Eduardo. Campesinato: Ideologia e Política. Rio de Janeiro-RJ, Zahar Editores, 1981.
36. THOMPSON, E.P. A Formação da Classe Operária Inglesa, Vol. I. (A Árvore da Liberdade), Rio de Janeiro-RJ, Paz e Terra, 1987.
37. _____. A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros (Uma Crítica ao Pensamento de Althusser), Rio de Janeiro-RJ, Zahar, 1981.
38. VOVELLE, Michel. Ideologias e Mentalidades, São Paulo-SP, Brasiliense, 1987.

- PERIÓDICOS E MONOGRAFIAS.

01. ABRA - Reforma Agrária: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Nº 5. Campinas-SP. Set/Out. 1983.
02. _____. Reforma Agrária: Os Volantes (Como vivem e trabalham os assalariados rurais temporários da América Latina e Europa). Nº 4 - Jan/Mar. 1986.
03. _____. Reforma Agrária: A Questão da Terra na Constituinte. Nº 3. Dez/86 a Mar/87.